

*“Como os não tão fracos  
prevalecem: a demanda no  
mercado de trabalho  
industrial e os contornos da  
militância na São Paulo de  
meados do século XX,  
Brasil*





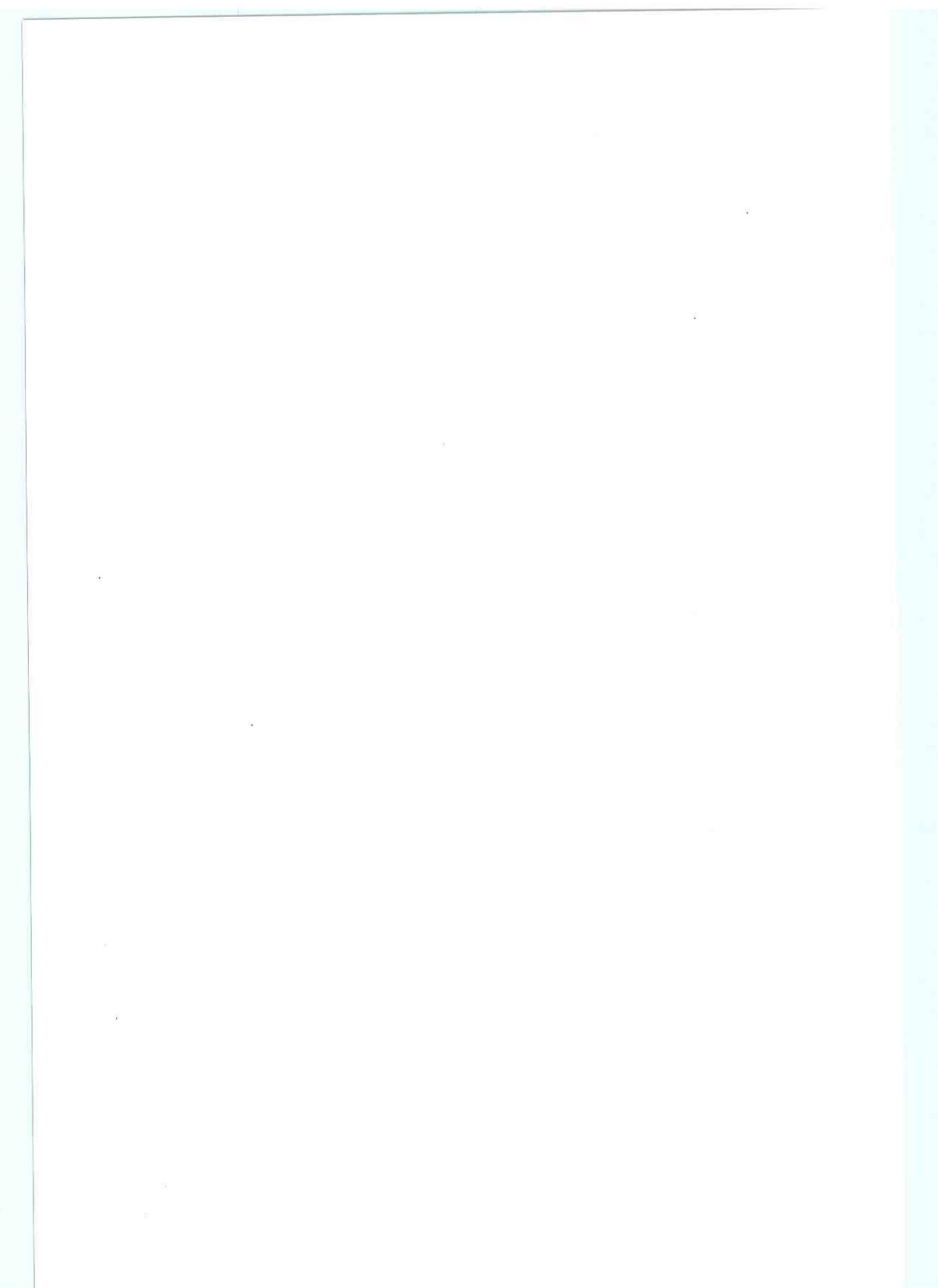
## COMO OS NÃO TÃO FRACOS PREVALECEM: A DEMANDA NO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL E OS CONTORNOS DA MILITÂNCIA NA SÃO PAULO DE MEADOS DO SÉCULO XX, BRASIL

### RESUMO

Marcos Andreotti (1910-1984) foi líder trabalhista e comunista durante toda sua vida e atuou na região do ABC industrial da Grande São Paulo. Este artigo explora a vida de Andreotti com base em entrevistas extensas e registros policiais e judiciais confidenciais, além de situar no interior de sua trajetória de trabalho como eletricitista qualificado a perseguição acirrada de que ele foi vítima nos primeiros anos da Guerra Fria. Mostra-se como a demanda do mercado de trabalho por trabalhadores qualificados forneceu as bases para a militância continuada de Andreotti e moldou de forma decisiva sua filosofia de organização do chão de fábrica com base em uma dialética entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Assim, lança-se nova luz sobre os fundamentos pouco compreendidos da militância política e trabalhista da classe trabalhadora ao mesmo tempo que se destacam continuidades inesperadas entre a era de Andreotti, anterior a 1964, e o mundo do "Novo Sindicalismo" do final dos anos 1970, iniciado no ABC sob a liderança do ex-presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva.

### PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo. Comunismo. PCB. Lula. Metalúrgicos.



COMO OS NÃO TÃO FRACOS PREVALECEM:  
A DEMANDA NO MERCADO DE TRABALHO  
INDUSTRIAL E OS CONTORNOS DA  
MILITÂNCIA NA SÃO PAULO DE MEADOS DO  
SÉCULO XX, BRASIL<sup>2</sup>

O historiador Marco Aurélio Garcia iniciou uma discussão sobre os partidos da classe trabalhadora e da esquerda em 2000 com a seguinte questão: “Será possível uma história da esquerda sem uma história da militância política?”. Como veterano da esquerda, Garcia argumentou que uma análise adequada de um movimento radical deve explorar os caminhos individuais da militância que se tornam visíveis por meio de “testemunhos autobiográficos [que] permitem que a dimensão subjetiva do processo histórico seja reconstruída” em toda a sua complexidade.<sup>3</sup> Este exame das raízes sociais da militância baseia-se em 54 horas de entrevistas com Marcos Andreotti (1910-84), comunista durante toda sua vida e líder sindical que passou seus 60 anos de militância política e trabalhista na região do ABC da

---

<sup>1</sup> Professor of History and African and African-American Studies, Duke University. <jdfrench@duke.edu>

<sup>2</sup> Sou especialmente grato a Daniel James por nossos anos de conversas sobre Andreotti, aos dois excelentes pareceristas da *Hispanic American Historical Review* e a Alexandre Fortes, que me orientou de forma útil e decisiva em relação a um ponto crucial da revisão final deste artigo quando de sua publicação em inglês com o título *How the Not-So-Powerless Prevail: Industrial Labor Market Demand and the Contours of Militancy in Mid-Twentieth Century São Paulo, Brazil*, *Hispanic American Historical Review*, v. 90: 1, fev. 2010, p. 109-142.

<sup>3</sup> GARCIA, M. A. The Gender of Militancy: Notes on the Possibilities of a Different History of Political Action. In: DAVIDOFF, L.; MCCLELLAND, K.; VARIKAS, E. (Ed.). *Gender and History: Retrospect and Prospect*. Oxford: Blackwell, 2000. p. 43-44, 50. Líder da esquerda brasileira e latinoamericana desde os anos 1960, Garcia é assessor de Luiz Inácio Lula da Silva há anos e trabalha atualmente como Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República Federativa do Brasil.

Grande São Paulo (o nome refere-se aos três principais municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul).<sup>4</sup>

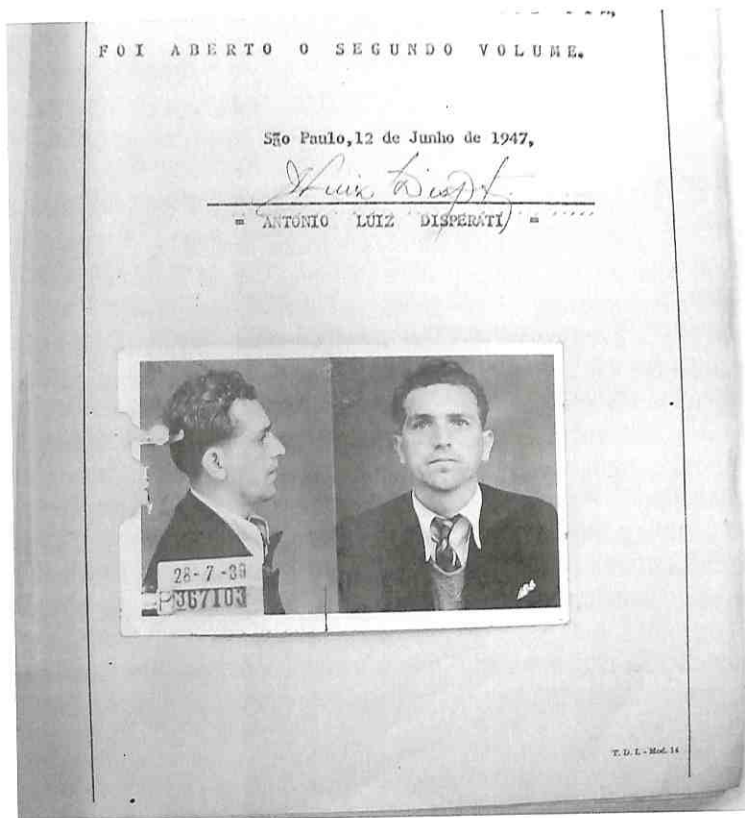


Figura 1 - Fotografia de Marcos Andreotti (1910-1984), tirada quando de sua prisão em 1939, anexada ao segundo volume de seu prontuário junto à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, assinado pelo burocrata responsável. Reproduzida com a permissão do Arquivo do Estado de São Paulo, DOPS, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

<sup>4</sup> Quando entrevistei Andreotti no final de 1982, o Partido Comunista Brasileiro ainda era ilegal, embora tolerado com hesitação, e o país desfrutava de maiores liberdades civis como parte de uma mudança tensa e incerta rumo à democratização. Nossas 54 horas de entrevistas durante quatro meses foram cuidadosamente transcritas por Helena Weiss

Andreotti foi o mais importante líder sindical no ABC, antes da emergência de Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos 1970.<sup>5</sup>

Metodologicamente, este artigo demonstra os *insights* aos quais se pode chegar por meio de uma abordagem biográfica centrada no fenômeno da militância, arena “na qual as fronteiras entre o objetivo e o subjetivo se enfraquecem”.<sup>6</sup> A biografia é ainda mais vantajosa quando o indivíduo em questão é apagado pelos discursos dominantes. A especificidade humana de um ativista comunista como Andreotti, por exemplo, é negada tanto pela retórica da demonização da direita quanto pela linguagem grandiosa e abstrata da ideologia coletivista oficial da esquerda. Mesmo na escrita acadêmica sobre a política trabalhista e da classe trabalhadora, é por demais frequente a referência aos comunistas em termos de rótulos externos, e não a partir de uma interpretação dessas abstrações à luz dos trabalhadores individuais que fizeram deles uma força real por meio de suas ações. Ao serem abordados dessa maneira, Garcia observa que os sujeitos históricos concretos são “engolfados por amplos mecanismos explicativos”, ao passo que os indivíduos “aparecem como participantes de um sistema impessoal”.<sup>7</sup>

Contudo, nunca entenderemos verdadeiramente a história trabalhista se não apreendermos as dinâmicas sociais e psicológicas que formaram os indivíduos que, como Andreotti, estiveram no centro da luta organizada da classe trabalhadora e

---

Gonçalves, para com quem tenho uma grande dívida de gratidão. A transcrição final consiste em 476 páginas em espaço simples. Todas as entrevistas foram realizadas pelo autor em Santo André, SP, salvo indicação em contrário.

<sup>5</sup> Para a única obra publicada sobre Andreotti ver: VIEITEZ, C. G. Marcos Andreotti: um gigante do primeiro movimento operário do ABC paulista, *Novos Rumos* 3, n. 10-12, 1988, p. 153-176.

<sup>6</sup> GARCIA, 2000, p. 44. Como observa Garcia (p. 43), essas novas abordagens relacionam-se ao que há de melhor no impacto historiográfico do feminismo de segunda geração, que levantou questões fundamentais sobre a relação entre o público e o privado, o pessoal e o político. Ver a introdução e a conclusão de FRENCH, J. D.; JAMES, D. *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box*. Durham, NC: Duke Univ. Press, 1997. p. 1-30, 297-313.

<sup>7</sup> GARCIA, 2000, p. 50.

da esquerda. Tendo se filiado ao Partido Comunista aos 14 anos, Andreotti foi o primeiro presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC no início dos anos 1930; após esse período, ficou na clandestinidade e passou por duas longas prisões. Sua eleição para a câmara municipal de Santo André em 1947, aos 37 anos, comprovou sua envergadura como ator público central durante os sucessos eleitorais e sindicais vividos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante um breve período de legalidade no pós-guerra, entre 1945 e 1947.

Este artigo tem como foco a intensidade da repressão da Guerra Fria após 1947, iniciada no governo do presidente eleito Eurico Dutra, antigo homem forte militar da ditadura do Estado Novo (1937-1945). A incessante perseguição pela polícia e pelos empregadores abalaria profundamente a vida dos comunistas do ABC e de seus simpatizantes, seguidores e eleitores.<sup>8</sup> Contudo, muitas dezenas de militantes comunistas de fato continuaram empunhando “a foice e o martelo”, embora sua luta contínua com os empregadores, todo tipo de policiais, juízes, anticomunistas profissionais e a Força Pública tivesse um altíssimo custo para eles e sua família. Esse período de derrota, perseguição e desorganização será localizado na trajetória da vida de trabalho de Andreotti como eletricitista qualificado. Ao conferir centralidade a sua experiência de trabalho e colocá-la em primeiro plano, o artigo argumenta que sua posição como trabalhador qualificado forneceu as bases para a contínua militância de Andreotti e para seu sentimento de poder pessoal. E o que é mais importante, isso moldou de forma decisiva sua filosofia de organização do chão de fábrica, tanto como comunista quanto como sindicalista.

Se o fenômeno mais amplo da militância política radical e do ativismo trabalhista será iluminado pelo testemunho oral retrospectivo de um único indivíduo, há que se abordar questões metodológicas fundamentais. Nós há muito ultrapassamos o momento em que se poderia dar crédito a uma visão dos relatos

---

<sup>8</sup> Para um tratamento geral e recente da questão, ver: POMAR, P. E. da R. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a Repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.



históricos orais e dos *testemunhos* que os considerasse como vozes silenciadas dos subalternos, cujas histórias, originadas na camada inferior de sociedades desiguais, representam contra-histórias transparentes e poderosas do ponto de vista ético. Também é necessário ressaltar que Andreotti é tudo menos um trabalhador “típico” ou representativo. Suas entrevistas não constituem, nas palavras dos historiadores orais Anthony Seldon e Joanna Pappworth, “uma história oral das pessoas comuns: testemunhas ou receptoras da política feita pelos outros”. Dada a política comunista de Andreotti, sua carreira constante como líder e sua localização privilegiada na topografia da classe trabalhadora, as entrevistas podem ser mais bem apreciadas como parte de uma:

História oral das e sobre as ‘elites’ na sociedade [...], ou seja,] daquelas pessoas que chegaram ao topo do ofício que escolheram e cujas atividades são objeto da preocupação de grande parte da produção acadêmica moderna, seja isso correto ou não — ministros do Gabinete, líderes sindicais, generais, principais executivos, líderes do governo local, romancistas, e assim por diante, e não trabalhadores ou soldados de base.<sup>9</sup>

Desde o início, meu trabalho com Andreotti foi marcado por um reconhecimento de que a história oral “não é um novo tipo de história [...], mas um tipo de fonte ou evidência” que deve ser comparado, confirmado ou contestado à luz de evidências internas e externas.<sup>10</sup> No ano anterior a nossa primeira entrevista, reuni documentos da polícia, do judiciário, de jornais e de fontes sindicais sobre a vida e a carreira de Andreotti. Essas fontes serviram de base para trocas detalhadas ao longo de nosso caminho através dos eventos retratados. A fecundidade dessa triangulação entre as evidências escritas, o entrevistado e o entrevistador só foi possível porque Andreotti foi um entrevistado excepcional, cuja memória excelente e cujo grau incomum de autoconsciência desapaixonada e pendor analítico

---

<sup>9</sup> SELDON, A.; PAPPWORTH, J. *By Word of Mouth: “Élite” Oral History*. Londres: Methuen, 1983. p. 6.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 4.

tornaram possíveis novas descobertas sobre a interação entre a militância no partido político, a organização da fábrica e a mobilização trabalhista.

Nossas entrevistas caracterizaram-se por uma troca desafiadora, na qual eu evitava portar-me com excesso de deferência. Tanto durante o processo de entrevista quanto neste artigo, meu foco não foi dissecar seu estilo de contar histórias ou a natureza diádica de nossa relação. Antes, persegui um objetivo mais ambicioso: compreender a liderança de Andreotti como organizador. O resultado imediato dessa colaboração é uma investigação única sobre como processos sociais e históricos mais amplos se entrecruzam com a subjetividade humana e a práxis política. O material referente à história oral neste artigo está associado a um corpo de evidências documentais único que não estava disponível na época das entrevistas originais. A abertura dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo ofereceu uma abundância de novas evidências reveladoras que tratavam de eventos e indivíduos específicos, bem como de tendências gerais. Essas evidências contemporâneas detalhadas, que têm como fonte um órgão anticomunista bem provido de financiamento, confirmam a veracidade das afirmações de Andreotti e situam esse militante comunista em um contexto mais amplo, que excede aquilo a que ele teve acesso como participante.

Os registros gerados pela polícia e pelos informantes do DOPS ressaltam os obstáculos enfrentados por aqueles que, como Andreotti, eram singularmente vulneráveis e aparentemente "frágeis" em relação a um órgão especializado de repressão do Estado. Ao mesmo tempo, o fracasso em erradicar a militância comunista, a despeito da intensidade da repressão na época da Guerra Fria, destaca a importância de se compreender como Andreotti, o militante, "prevaleceu" em um sentido muito real. A começar pela "greve dos 300 mil" de 1953, Andreotti teve papel fundamental no ressurgimento das lutas trabalhistas de massa e retornou em 1958 como presidente eleito do sindicato de metalúrgicos de Santo André. Durante a euforia reformista que se seguiu, Andreotti supervisionou a criação do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que Lula dirigiria de 1975 a 1980, e foi reeleito presidente duas vezes até o fim oficial de sua carreira com o golpe de 1964. Ao traçar como condições objetivas (a demanda do mercado trabalhista)

moldaram a subjetividade e a práxis de Andreotti, este artigo oferece *insights* sobre as continuidades imprevistas na história da luta trabalhista entre a era de Andreotti, antes de 1964, e o mundo do “Novo Sindicalismo” de Lula, iniciado em fins da década de 1970.

A TRAJETÓRIA INICIAL DE ANDREOTTI: A  
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COMO FUNDAMENTO  
PARA A MILITÂNCIA COMUNISTA

Embora Andreotti conhecesse os clássicos do marxismo-leninismo, seu comunismo nunca foi uma busca meramente teórica ou intelectual. Filho de imigrantes italianos analfabetos, Andreotti não completou o ensino primário. O materialismo dialético, termo que conhecia, era para ele menos importante do que aquilo que eram, para ele, as ideias empiricamente validadas que o marxismo-leninismo oferecia àqueles que procuravam organizar os trabalhadores de forma bem-sucedida. Na divisão interna de tarefas do PCB, Andreotti não formulou uma política partidária geral; ele afirmava, talvez corretamente, nunca ter sido membro da liderança local ou estadual. Seu talento especial, reconhecido no interior do partido e para além dele, era organizar as lutas da classe trabalhadora no local de produção e nos sindicatos. Desde a adolescência, o trabalho prático de organizar os trabalhadores foi seu primeiro amor.

Para atingir esse objetivo, Andreotti precisava ter acesso aos trabalhadores, preferencialmente por meio de um emprego regular, pois organizá-los de fora, embora possível, era infinitamente menos profícuo do que o contato direto com os problemas de uma fábrica específica.<sup>11</sup> Dada a prática sistemática

---

<sup>11</sup> Para um exemplo de organização de fábrica “de fora”, ver o relato sobre o envolvimento de Andreotti na agitação da fábrica têxtil local Ipiranguinha no final da década de 1930. FRENCH, J. D. *The Brazilian Worker's ABC: Class Conflict and Alliances in Modern São Paulo*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1992, 71. A versão em português recebeu o título *O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec, 1995.

dos empregadores de colocar os agitadores em uma lista negra e a notoriedade que Andreotti adquiriu junto ao DOPS e à atenção pública (para não falar da ficha policial que se seguiu), o que é mais surpreendente em sua longa carreira foi como ele conseguiu manter-se empregado na indústria. A resposta para isso pode ser encontrada em seu ofício de eletricitista industrial qualificado. Ele teve a sorte de ser designado ajudante de eletricitista em seu primeiro emprego em uma fábrica da indústria têxtil Ipiranguinha em Santo André, o que lhe garantiu o treinamento inicial que possibilitou toda sua longa carreira profissional. Assim como ocorria com outros ofícios industriais qualificados em São Paulo em meados do século XX, não era possível aprender a profissão de eletricitista como aprendiz formal, por meio de educação vocacional ou de treinamento pelo empregador.<sup>12</sup> O sucesso dependia de anos de aprendizado prático junto a outros trabalhadores qualificados. Ter domínio da profissão requeria um alto grau de iniciativa pessoal. Andreotti chegou mesmo a utilizar o tempo que passou na clandestinidade em meados da década de 1930 para incrementar seus conhecimentos. Entre os materiais inventariados em um registro policial sobre uma batida realizada em sua casa em 1936 encontrava-se um livro em italiano sobre as aplicações industriais da eletricidade, conforme relatado no processo judicial aberto contra ele no Tribunal de Segurança Nacional.<sup>13</sup>

A posição especial dos trabalhadores qualificados na industrialização de São Paulo moldou profundamente a identidade pessoal de Andreotti, bem como sua militância política. A súbita expansão industrial de meados do século ocorreu em uma cidade que não contava com um corpo significativo de trabalhadores qualificados, imigrantes ou nacionais. Passou-se um longo tempo até que programas de amplo alcance fossem promovidos pelo governo ou pelos empregadores para capacitar os indivíduos no Brasil. Embora os empregadores

---

<sup>12</sup> Entrevistas com Andreotti, 20 set. 1982; 2 dez. 1982.

<sup>13</sup> Entrevista com Andreotti, 22 out. 1982. Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Delegacia de Polícia de São Bernardo, Auto de Inquérito, Motivos de Ordem Social, 1936, anexado ao Processo 705, 1939, 4, p. 316-361.

não tivessem dificuldade em encontrar a mão de obra braçal ou semiquificada de que precisavam, a tecnologia das máquinas da manufatura moderna exigia os serviços de trabalhadores especializados não disponíveis em grande número.

A escassez de trabalhadores qualificados nas indústrias foi uma característica constante durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>14</sup> Imediatamente após a guerra, os empregadores industriais de São Paulo criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), programa de treinamento ligado às fábricas que, embora financiado por um imposto sobre os salários estabelecido pelo governo, era administrado diretamente pelos empregadores.<sup>15</sup> Mesmo essa tentativa significativa e contínua de mitigar a carência de trabalhadores qualificados em São Paulo não deu conta de solucionar o problema de forma definitiva devido ao ritmo cada vez mais acelerado da industrialização nas décadas seguintes. Vários estudos sociológicos sobre as fábricas em São Paulo e no ABC do final da década de 1950 até os anos 1970 comprovam a acirrada competição entre os empregadores por trabalhadores qualificados.<sup>16</sup>

Indispensáveis para o funcionamento de toda a operação, os trabalhadores qualificados eram, assim, tidos em alta conta pelos empregadores e beneficiavam-se da competição por seus serviços mesmo quando, como é o caso de Andreotti, eram politicamente “subversivos”. Embora Andreotti não pudesse evitar ser demitido por seus empregadores, sua capacidade,

---

<sup>14</sup> Para referências sobre a escassez de trabalhadores qualificados no período da guerra, ver FRENCH, 1992, p. 95.

<sup>15</sup> WEINSTEIN, B. The Industrialists, the State, and Issues of Worker Training and Social Services in Brazil, 1930-1950, *HAHR* 70, n. 3, 1990, p. 379-404; WEINSTEIN, B. (Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964). São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN/Universidade de São Francisco, 2000.

<sup>16</sup> LOPES, J. R. B. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura: Bertram Hutchinson, 1960. p. 432; PEREIRA, L. Qualificação técnica do trabalho. In: \_\_\_\_\_. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1965. p. 252-253, 275; HUMPHREY, J. *Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto Industry*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1982. p. 65, 100.

engenhosidade e persistência garantiram que ele não ficasse desempregado por longos períodos. Após ser demitido de uma indústria metalúrgica por ter liderado uma greve no início dos anos 1930, por exemplo, Andreotti logo foi contratado pela fábrica têxtil Ipiranguinha, então falida, para manter o maquinário da fábrica em funcionamento. Libertado da prisão durante o Estado Novo e sob intensa vigilância, Andreotti ainda encontrou emprego como eletricista em casas particulares e realizou instalações elétricas para a nova fábrica da Firestone que estava sendo construída em Santo André. Nesses casos, os empregadores beneficiavam-se de sua capacitação sem precisar se preocupar com seu impacto sobre a mão de obra. As restrições dos empregadores à contratação de suspeitos de subversão foram, contudo, flexibilizadas pelas pressões do *boom* industrial da Segunda Guerra Mundial. Na época, Andreotti trabalhava na fábrica dos Matarazzo na Água Branca, em São Paulo, mas morava em frente a uma fábrica têxtil em Santo André, cujos proprietários pediam-lhe de tempos em tempos para resolver algum problema elétrico. Com a expansão da produção da fábrica, eles contrataram Andreotti como eletricista de manutenção.<sup>17</sup>

Os proprietários da Santo André Têxtil, pequena fábrica com pouco mais de cem trabalhadores, tinham vívida consciência de que os salários e as condições da indústria têxtil em expansão estavam longe de ser competitivos. Isso era verdadeiro especialmente em comparação com as muitas fábricas modernas, pesadamente mecanizadas e muito mais lucrativas das indústrias metalúrgica, da borracha e química. Com plena consciência do passado de Andreotti e de suas atividades no momento, os proprietários da Santo André Têxtil sabiam que não teriam como contratar os serviços de Andreotti se ele não fosse politicamente suspeito e conseguisse um emprego nas fábricas maiores, que ofereciam melhores salários. Andreotti estava mais do que disposto a sacrificar parte do retorno monetário que obtinha por sua capacitação em prol de seu engajamento político e sindical. Assim, a capacitação de Andreotti garantiu-lhe alguma proteção contra reprimendas, a despeito do caráter público de sua militância política e de seu papel como líder de base da

---

<sup>17</sup> Entrevistas com Andreotti, 20 set. 1982; 20 out. 1982; 2 dez. 1982.

oposição no sindicato têxtil local, dirigido por um membro de direita do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).<sup>18</sup>

Essa barganha com vistas a lucro perdurou até as eleições municipais de novembro de 1947, que foram ganhas por candidatos comunistas, quase todos trabalhadores. Quando lhe perguntei por que os empregadores não haviam demitido os 33 candidatos, Andreotti observou que eles eram, em sua maioria, trabalhadores qualificados, à exceção de Miguel Guillen, que não trabalhava na indústria; ele fazia biscates, parece que furava poços, era servente de pedreiro, fazia essas coisas todas.<sup>19</sup> Com a escassez de trabalhadores qualificados, os empregadores tinham de tolerar aqueles que se filiavam ao PCB recentemente legalizado quando davam conta de suas demandas imediatas de produção. Foi apenas após as eleições de novembro de 1947 que a firma de Andreotti aderiu à tentativa concertada entre o governo e os empregadores de eliminar os agitadores da indústria.<sup>20</sup> Quando chamaram Andreotti a seu escritório, os dois proprietários disseram que seus serviços já não eram necessários, uma vez que ele se recusava a pactuar com as necessidades da indústria. Segundo a memória de Andreotti sobre a conversa, ele respondeu agressivamente, pois, como lhes disse, eles precisavam de seu trabalho para manter a fábrica em funcionamento. Irritado com sua conduta desafiadora, um dos proprietários exasperado só conseguiu restaurar o sentimento de hierarquia apropriado mostrando o revólver que guardava na gaveta de sua escrivaninha. Pouco tempo depois, em outra

---

<sup>18</sup> Ibid. O emprego de Andreotti como eletricitista da Fiação e Tecelagem Santo André em 1945 havia sido devidamente registrado em seu prontuário pessoal. Cf. Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Arquivo do Estado de São Paulo (doravante referido como DOPS-AESP), Dossiê 50-B-270, pasta 1. Sobre as disputas no sindicato têxtil, ver: FRENCH, 1992, p. 175.

<sup>19</sup> Entrevista com Andreotti, 7 out. 1982.

<sup>20</sup> Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982. O funcionamento completo dessa "aliança empregador-polícia" durante esses anos é explorado no primeiro capítulo de um estudo baseado em escrupulosa pesquisa sobre o ativismo de chão de fábrica e sindicalista no ABC de 1945 a 1968. Cf. NEGRO, A. L., *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2004. p. 21-78.

represália, a mesma empresa demitiu uma das filhas de Andreotti. Isso levou a outro confronto quando Andreotti injuriou seu contramestre italiano ao chamá-lo, em italiano, de "capacho dos patrões da fábrica".<sup>21</sup>

A resposta de Andreotti não deve ser interpretada somente como uma questão de temperamento individual ou ideologia política comunista; antes, ela revela o sentimento de autoconfiança de Andreotti sobre o fato de ser indispensável aos empregadores, a despeito de ser um comunista publicamente conhecido. Esse sentimento de poder foi reforçado por outra experiência no pós-guerra, quando foi contratado para trabalhar na Zapparoli Serena, pequeno laboratório químico com 31 trabalhadores que fabricavam sais de cheiro.<sup>22</sup> Andreotti valorizava esse emprego porque lhe permitia participar de lutas contra os interventores impostos pelo governo ao sindicato dos trabalhadores químicos. Nessa batalha muito pública, os interventores contra-atacaram eliminando seu rival, Andreotti, com a ajuda da gerência da grande fábrica local Rhodia Quimica. Como as matérias-primas do laboratório eram fornecidas pela Rhodia, o proprietário do laboratório disse a Andreotti que teria de demiti-lo. Ao mesmo tempo, contudo, ele não desejava abrir mão de seu valioso eletricitista e propôs continuar pagando Andreotti sem registro. Andreotti recusou, pois dependia dessa entrada em sua carteira de trabalho para ser legalmente passível de sindicalização.<sup>23</sup>

Conforme vimos, embora os industriais concordassem com a política geral de demissão e compilação de listas negras com o nome dos agitadores, os industriais e gerentes individuais com frequência violavam essa política quando precisavam desesperadamente de um ou outro trabalhador qualificado para dar lucro a seu negócio. De fato, para muitos pequenos empregadores, a contratação de Andreotti não só vinha ao

---

<sup>21</sup> Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982.

<sup>22</sup> DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo (Exclusive o Município da Capital)*, 1945. São Paulo: DEE, 1947. p. 851.

<sup>23</sup> Entrevistas com Andreotti, 5 nov. 1982; 24 nov. 1982.



encontro de uma necessidade imperativa, como o fazia a preço de barganha. Assim, a vantagem comparativa dos trabalhadores qualificados no mercado de trabalho claramente beneficiou Andreotti e distinguiu-o da maior parte da mão de obra da indústria, com pouca ou nenhuma qualificação. Dada sua alavancagem no mercado de trabalho, os trabalhadores qualificados também tinham maiores chances de conquistar estabilidade no emprego do que os não qualificados.<sup>24</sup>

#### O PREÇO DA MILITÂNCIA COMUNISTA NO AUGE DA GUERRA FRIA

Durante mais de cinco horas de trabalho, os treze membros da caravana noturna da campanha municipal pintaram *slogans* coloridos nas calçadas, ruas e muros em todo o centro de Santo André. Chegando aos portões do enorme complexo da Pirelli às 2h30 de 12 de setembro de 1951, os candidatos e seus apoiadores rapidamente pintaram *slogans* em favor dos candidatos municipais apoiados pela Aliança Renovadora a Favor da Paz e Contra o Alto Custo de Vida. Outras pichações exigiam a liberdade dos presos políticos e opunham-se ao envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. Avisado pelo guarda do portão da fábrica, o delegado local liderou um contingente que, empunhando armas carregadas, rapidamente cercou e prendeu os manifestantes enquanto confiscava seus materiais e veículos.<sup>25</sup> Entre os presos estava Marcos Andreotti, candidato a vereador descrito dois anos antes em um relatório do DOPS para o tribunal eleitoral como “militante comunista de longa data”, cuja ficha de “atividades subversivas”, o que incluía prisões e vereditos de culpado, já era “tão extensa” que seu arquivo estava “no

---

<sup>24</sup> Entrevista com Andreotti, 13 dez. 1982.

<sup>25</sup> Delegacia de Polícia de Santo André. Auto de Prisão Flagrante, 12 set. 1951, Tribunal Regional Eleitoral, São Paulo (doravante referido como TRE SP), Processo 348, 1961; Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982. Para um relato do DOPS sobre a prisão na Pirelli, que inclui uma fotografia dos *slogans*, ver: DOPS-AESP, Documento n. 855, 14 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

segundo volume".<sup>26</sup> Em seus próprios registros internos, o DOPS descreveu Andreotti de forma sucinta e precisa como um dos "mais renomados elementos do partido, promovendo agitação no ambiente dos trabalhadores".<sup>27</sup>



Figura 2 - 8 de setembro de 1951. Grupo inter-racial de residentes de Santo André em um comício da Aliança Renovadora a Favor da Paz e Contra o Alto Custo de Vida em prol da candidatura de Dr. Antonio Refinetti e seus aliados comunistas. Reproduzida com permissão do Arquivo do Estado de São Paulo, Dossiê do DOPS 50-Z-318, pasta 7.

Andreotti foi levado diretamente à sede do DOPS em São Paulo; os registros policiais revelam que ele foi o mais agressivo dos treze indivíduos interrogados. Começou por declarar que era comunista e havia sido levado em custódia à polícia por esse motivo. Contudo, continuou protestando e dizendo que como cidadão brasileiro, embora comunista, ele tinha os mesmos direitos que qualquer um a candidatar-se ao cargo. Quando lhe perguntei em 1982 a respeito do que parecia ser uma conduta desafiadora, Andreotti insistiu que suas respostas eram apenas uma questão de:

---

<sup>26</sup> DOPS, Antecedentes Políticos Sociais de Antonio Moreira; TRE SP, Processo 348, 1961. O arquivo do DOPS sobre Andreotti aqui referido pode ser consultado em DOPS-AESP, Prontuário n. 4.980, 2 volumes.

<sup>27</sup> DOPS-AESP, 24 jan. 1949, Dossiê 50-B-270, pasta 1.

Dizer a verdade, e nada me impedia de dizer isso porque eu era completamente conhecido da polícia. Então eu tinha que dizer a verdade e [...] como membro do [PCB] e dirigente sindical, conhecido como eu era [...] eu não poderia ter outra atitude; seria me desmoralizar perante o povo e até perante o próprio partido; então eu tratei de defender os direitos de qualquer elemento a ser candidato. Eu não podia de maneira nenhuma sair de uma maneira negativa.<sup>28</sup>

A prisão de Andreotti deu-se em um momento em que a Guerra Fria internacional havia se tornado uma guerra quente na Coreia. No Brasil, tanto o governo recentemente eleito do presidente Getúlio Vargas quanto o do governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez (do Partido Social Progressista de Adhemar de Barros) haviam apenas começado a tomar forma. Para o município de Santo André, a campanha municipal de 1951 foi a primeira desde a vitória esmagadora dos comunistas nas eleições de 1947, seguida pela cassação da eleição dos candidatos comunistas, inclusive Andreotti.<sup>29</sup> Para os políticos da classe média local, como o médico Antonio Refinetti, candidato a prefeito detido junto com Andreotti, o apoio eleitoral dos

---

<sup>28</sup> Delegacia de Polícia de Santo André, Auto de Prisão Flagrante; Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982. O reconhecimento aberto de Andreotti de sua filiação comunista nos interrogatórios de 1951 não foi uma questão de princípio, mas um julgamento político baseado nas circunstâncias. Em 1941, em compensação, Andreotti "procurou defender-se com evasivas" enquanto era interrogado sobre os documentos comunistas encontrados em sua casa. Conforme a polícia observou com ceticismo na altura, sua alegação de "ter encontrado aquele maferial embaixo da porta de sua casa" não foi uma negativa muito astuta por parte de um "velho militante aliancista (membro da radical Aliança Nacional Libertadora em meados da década de 1930) e, mais tarde, comunista". Qualificação dos Indiciados, 4 jun. 1941, DOPS-AESP, Prontuário de Polícia 4.980, v. 1.

<sup>29</sup> Para um relato completo sobre a vitória eleitoral comunista de novembro de 1947 em Santo André, ver: FRENCH, 1992, p. 236-249; MEDICI, A. *9 de novembro de 1947: a vitória dos candidatos de Prestes*. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999. French oferece uma visão panorâmica do surto do pós-guerra em Santo André; mais informações podem ser obtidas em: COSTA, H. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, e nas

eleitores comunistas foi um potencial trunfo na corrida pelo controle do governo municipal de Santo André.<sup>30</sup>

Como membro da câmara municipal e presidente do Partido Social Democrático (PSD) local, Refinetti era o candidato a prefeito de um partido político que havia, como resultado de sua identificação conservadora, conquistado pouquíssimo apoio eleitoral da classe trabalhadora de Santo André desde 1945. Desejoso de ganhar espaço em 1951 em relação a outros políticos locais de maior peso, Refinetti havia concordado em nomear para vice-prefeito um candidato comunista do PSD e reservar nove lugares na chapa da câmara municipal do PSD em troca de votos dos comunistas. Em 1951, uma aliança de conveniência desse tipo já não mais parecia ser uma questão de princípio para os homens práticos da política em São Paulo.<sup>31</sup> Contudo, ela poderia, como nesse caso, levar a um constrangimento quando Refinetti, convencido por seus novos aliados, acompanhou-os em sua expedição de pichação noturna.<sup>32</sup>

---

memórias de Armando Mazzo, principal político comunista do período: MAZZO, A. *Memórias de um militante político e sindical no ABC*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 1991. Sobre a esquerda e a mão de obra no ABC na década de 1950 e início da década de 1960, ver: MARTINS, H. H. T. de S. *Igreja e movimento operário no ABC, 1954-1971*. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1994; VIEITEZ, C. G. *Reforma nacional-democrática e contra-reforma: a política do PCB no coração do ABC paulista, 1956-1964*. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999; e NEGRO, 2004.

<sup>30</sup> FOLHA DO POVO, São-Paulo, 21 ago. 1951.

<sup>31</sup> Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982. Havia alguns dissidentes no PSD local, como indicado na afirmação de oito membros do diretório do PSD em Mauá que o delegado de polícia local passou para o DOPS. Cf. DOPS-AESP, Documento n. 859, 11 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7. Contudo, mesmo o PSD estadual não era avesso a essa busca por vantagem eleitoral. Ver também: DEFENDE o deputado Ulisses Guimarães o direito de registro dos candidatos apontados como comunistas, *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 out. 1951.

<sup>32</sup> Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982. A prisão expôs Refinetti ao ataque público, como no panfleto mimeografado de alguém autointitulado Aliança de Resistência Nacional, que se referia ao “conhecido doutor Antonio Refinetti” como um “criptocomunista – um lobo em pele de cordeiro”. DOPS-AESP, Documento n. 842, 7 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

Após serem mantidos incomunicáveis durante os dois primeiros dias no DOPS, todo o grupo, com exceção de Dr. Refinetti, passou os próximos oito dias na prisão da Avenida Tiradentes no centro de São Paulo, onde Andreotti estivera preso durante o Estado Novo. Em observância aos diferentes privilégios legais estendidos às pessoas com diploma universitário (*os doutores*), o DOPS não revistou Dr. Refinetti como fez com os trabalhadores detidos, e ele foi liberado quase imediatamente.<sup>33</sup> Como explicou Andreotti, “o título de *doutor* dá direito a uma prisão especial, [diferente] da de um electricista [que] não é *doutor*. Todos os intelectuais eram mantidos em uma sala especial, mais decente, [mesmo quando detidos] no presídio comum”. Em seu julgamento, essa “distinção [de classe] era feita para alimentar o ódio entre as pessoas”, embora ele de fato expressasse uma certa satisfação irônica com o fato de que o doutor, a despeito de negá-lo enquanto estivera em custódia, de fato participara da pichação assim como os outros que foram detidos.<sup>34</sup>

Para Andreotti, a detenção durante dez dias aumentou sua angústia porque a polícia recusou-se a liberá-lo para o casamento de uma de suas duas filhas, a despeito dos protestos públicos e de uma promessa privada do ex-governador Adhemar de Barros de que tomaria as medidas necessárias para que ele fosse solto.<sup>35</sup> Contudo, essa prisão em 1951 não foi, em retrospectiva, uma questão especialmente séria, pois as acusações eram insignificantes (apenas a pichação era ilegal). No que diz respeito à polícia, Andreotti notou, seu comportamento não havia mudado desde o tempo do Estado Novo. Ainda havia ameaças,

---

<sup>33</sup> Mesmo no Brasil do século XXI, o direito de “prisão especial’ [...] sobrevive como legado da sociedade de castas do século XVIII”, tendo sido ampliado com o tempo para abranger uma diversidade de grupos. LEWIN, L. *Surprise Heirs: Illegitimacy, Inheritance Rights, and Public Power in the Formation of Imperial Brazil, 1822-1889*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 2003. v. 2, p. 60. Esse honorífico era legalmente atribuído aos líderes sindicalistas eleitos em 1955, embora isso nunca fosse respeitado quando pessoas como Andreotti, um presidente de sindicato, eram detidas durante o início da década de 1960.

<sup>34</sup> Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982.

<sup>35</sup> *Ibid.*

mas as circunstâncias de sua prisão não foram “muito propícias” para que fizessem nada mais sério com ele. A polícia teve de se contentar em deter os candidatos por dez dias para atrapalhar sua campanha eleitoral, ao passo que o processo legal acabou sendo arquivado sem julgamento.<sup>36</sup>

A prisão não surpreendeu Andreotti, pois o abuso de comunistas ou suspeitos de ser comunistas pela polícia havia se tornado procedimento padrão ao longo dos três anos anteriores. De fato, os *slogans* do grupo de Andreotti incluíam o apelo pela libertação de três residentes locais detidos em abril de 1951 por tentar organizar uma manifestação anti-imperialista em Santo André.<sup>37</sup> Eles também exigiam a liberdade da jovem comunista Eliza Branco, que havia sido detida e sentenciada a quatro anos de prisão por exibir uma faixa em repúdio à guerra durante a celebração do Dia da Independência brasileira de 1950 no centro de São Paulo.<sup>38</sup>

A atmosfera de anticomunismo irrestrito associado à Guerra Fria também havia levado, durante a campanha eleitoral de 1950, a um confronto policial no qual três “subversivos” foram brutalmente espancados e levados em custódia após um comício eleitoral em São Bernardo do Campo, entre eles o ex-deputado estadual do PCB Armando Mazzo, prefeito cassado de Santo André em 1947. Esse confronto na cidade natal de Mazzo veio na esteira de uma decisão judicial contra a inscrição de candidatos comunistas para deputado federal na chapa do Partido Social

<sup>36</sup> Ibid.

<sup>37</sup> Ibid. Em um artigo intitulado Inimigos do País, um jornal conservador de Santo André noticiou a prisão de Germano Canassa, Margarida e Ana Gimenez e mais uma pessoa às 20h por tentarem organizar um piquete contra o acordo militar interamericano assinado recentemente em Washington. Mencionando o ouro de Moscou de forma sinistra, o artigo afirmava que Ana Gimenez já estava sendo procurada por uma acusação de tentativa de homicídio contra um policial em um incidente anterior. Cf. BORDA DO CAMPO, Santo André, 22 abr. 1951. Os três foram condenados junto com Jorge Garcia em 27 de julho de 1951. DOPS-AESP, Documento n. 824, 27 jul. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

<sup>38</sup> Sobre Eliza Branco, ver: DOPS, Certidão, 13 set. 1950; TRE SP, Processo 17d, 1950; SEGATTO, J. A. et al. PCB: memória fotográfica, 1922-1982. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 98-99.

Trabalhista (PST) em São Paulo. A decisão judicial foi seguida de batidas policiais na sede eleitoral do PCB/PST no ABC e em outros lugares, nas quais 140 pessoas foram detidas, sendo a maior parte delas liberada em seguida. Em seu auge, o confronto de 1950 em São Bernardo envolveu a polícia local, a Polícia Rodoviária e tropas de choque especiais da Força Pública que cercaram um caminhão que levava ativistas do PCB/PST. Liderados por Mazzo, os comunistas, que eram arrasadora minoria, recusaram-se a se entregar, e os três lutaram contra a polícia com pedras, punhos, pedaços de pau e coquetéis Molotov (que não explodiram); ao menos cinco civis e quatro policiais ficaram feridos.<sup>39</sup> Conforme admitido por um policial local ao autor em 1982, os detentos foram fortemente espancados com cacetetes. Como justificativa para tanto, como apontou Aureliano Monteiro, os coquetéis Molotov indicavam disposição para brigar, e eles de fato brigaram. Mazzo relatou que o delegado de polícia local havia lhe dito, antes do confronto, que “você, comunista, são teimosos” por não se retirarem quando lhes é dada a chance (o delegado era um conhecido de Mazzo dos tempos de juventude).<sup>40</sup>

Talvez com a controvérsia de São Bernardo em mente (os jornais anunciaram a morte de Mazzo), a documentação da interrogação policial de Andreotti e seus camaradas em 1951 registraram especificamente a afirmação do guarda da Pirelli de que a polícia, embora tenha usado “meios convincentes” ao sacar suas pistolas, não havia batido nos presos ou utilizado qualquer “violência manifesta”.<sup>41</sup> A presença de um civil de 23 anos entre aqueles que detiveram Andreotti e seus camaradas também nos lembra de que a caça às bruxas da Guerra Fria prosperou com base no amplo uso de informantes policiais e anticomunistas profissionais, pagos ou não. O papel de um desses informantes, Milton Miguéis, na documentação policial oficial era identificar

<sup>39</sup> FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, 29 set. 1950.

<sup>40</sup> Entrevista de Aureliano Monteiro, ex-delegado de polícia de São Bernardo do Campo, realizada por John D. French, 6 ago. 1982, em São Bernardo do Campo; ver também o relato de MAZZO, 1991, p. 125-126.

<sup>41</sup> Delegacia de Polícia de Santo André, Auto de Exibição e Apreensão, 12 out. 1951; TRE SP, Processo 414/5, 1951.

os indivíduos envolvidos e explicar como a pichação da campanha se enquadrava no “programa revolucionário mundial” estabelecido por Lenin.<sup>42</sup>

Os detidos conheciam bem Miguéis. Andreotti, mesmo em 1982, não conseguiu conter seus sentimentos em relação a esse dedo-duro e safado, que identificou como agente policial. Uma carta de 1951 do delegado de polícia de Santo André confirmou que Miguéis havia se infiltrado na hierarquia stalinista e “[fora] até mesmo detido em companhia de comunistas”, mas havia feito isso enquanto “trabalhava para a polícia” (embora não para o DOPS, como Miguéis alegou com frequência).<sup>43</sup> O jovem adquiriu prominência no sindicato dos metalúrgicos de Santo André como funcionário da junta indicada pelo governo e foi autor de numerosas diatribes anticomunistas na imprensa local no que diz respeito às eleições sindicais de 1950.<sup>44</sup> Seus confrontos com a esquerda assumiram também forte viés ideológico, dada sua filiação pública ao Partido de Representação Popular (PRP), partido fundado por Plínio Salgado, líder do movimento integralista brasileiro na década de 1930, que pode ser taxado de “fascista”.<sup>45</sup> Uma semana antes das prisões de 1951, o PCB local instou os organizadores de sua campanha a atacar o PRP por serem “um bando de agentes policiais” e tarados; quanto a Miguéis, candidato do PRP, disseram que ele “era conhecido em Vila Assunção pela surra que recebeu das mãos do povo”.<sup>46</sup>

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> A citação é de uma carta do delegado de polícia de Santo André ao DOPS em setembro de 1951, na qual ele explicava que Miguéis, fichado como comunista, não conseguira um atestado do DOPS de seus “antecedentes político-sociais” não subversivos, documento necessário para se candidatar às eleições e também para outras interações oficiais. Cf. DOPS-AESP, Documento n. 858, 17 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7. Em 1953, um relatório do DOPS de Santo André observou que Miguéis, “um ex-funcionário do sindicato” [dos metalúrgicos], havia “em vários momentos se apresentado [falsamente] como investigador do DOPS”. Cf. DOPS AESP, Documento n. 76, 31 ago. 1953, Dossiê 50-A-247.

<sup>44</sup> FRENCH, 1992, p. 235, 353 nota n. 40.

<sup>45</sup> BORDO DO CAMPO, Santo André, 27 nov. 1949; DOPS-AESP, Documento n. 827, 21 ago. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

<sup>46</sup> DOPS-AESP, Documento n. 840, 7 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.



A vigilância policial incansável e a repressão contínua aos organizadores da campanha comunista em 1951 não esmoreceram com a aproximação das eleições.<sup>47</sup> Quatro dias antes da votação, um grupo de onze apoiadores do PCB foi detido. Após confiscar sua “propaganda claramente subversiva”, a polícia local anotou seus nomes para os arquivos do DOPS e então os liberou sem acusações.<sup>48</sup> A natureza rotineira de procedimentos desse tipo é sugerida pela detenção de oito pessoas em Santo André em julho de 1951 por distribuírem um folheto com o *slogan* Não Pague Condução. Houve batida policial em suas casas e confisco de literatura comunista.<sup>49</sup>

Mas Andreotti obteve alguma satisfação real com os resultados das eleições municipais de 14 de outubro de 1951. Embora a inscrição de sua candidatura e da candidatura de outros escolhidos do PCB para a chapa do PSD tenha sido anulada antes da votação pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), os resultados indicaram que Andreotti, junto com Bruna Mazzo Fernandes (irmã de Armando Mazzo) e Alberto Zamignani, antigo presidente do sindicato dos trabalhadores da construção civil local, teriam sido eleitos vereadores municipais em Santo André se os votos a favor dos candidatos comunistas houvessem sido reconhecidos. No topo da chapa do PSD, Marcos Andreotti recebeu mais votos do que sete dos políticos não comunistas que acabaram sendo vereadores da nova câmara municipal composta por 23 membros.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> Dois investigadores diferentes do DOPS submeteram relatórios sobre os comícios eleitorais dos comunistas. DOPS-AESP, Documento n. 841, 10 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

<sup>48</sup> Carta do delegado de polícia de Santo André, Pio Buller Souto, para Dr. Manoel Ribeira da Cruz, do DOPS em São Paulo em 1951. TRE SP, Processo 414/5, 1951.

<sup>49</sup> DOPS-AESP, Documento n. 815, 24 jul. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

<sup>50</sup> Para os resultados oficiais que anularam os votos recebidos pelos cinco candidatos comunistas excluídos da chapa do PSD, ver o Suplemento do *Boletim Eleitoral* (TRE SP) 5, n. 8, 25 out. 1951 em: TRE SP, Serviço Informática, Caixa Eleições de 1951. Contudo, um historiador local de Santo André de fato relatou resultados eleitorais que incluíam votos para três dos cinco candidatos comunistas. Embora tenha notado que esses votos foram nulos, ele não deu explicações sobre por que isso ocorreu. Cf. GAIARSA, O. A. *A cidade que dormiu três séculos: Santo André*

Tendo sido eleito em 1947, mas cassado antes de tomar posse, Andreotti já sabia antes da votação de 1951 que jamais lhe seria permitido servir em um cargo eleito ainda que triunfasse novamente nas urnas (ele nunca mais se candidatou). Ademais, os comunistas passavam por seu nadir do pós-guerra em Santo André, tendo sofrido enormes perdas durante os quatro anos subsequentes. Em termos de apoio eleitoral geral, houve uma queda de 80% nos votos para candidatos comunistas à câmara municipal entre 1947 e 1951. E segundo a estimativa de Andreotti, a queda no número de membros do PCB foi substantiva: uma redução que passou de mil membros antes de o PCB ser proibido em maio de 1947 a talvez 600 membros em 1951, com base nas definições mais frouxas de "membro" para incluir virtualmente qualquer forma de simpatia ou apoio ocasional (sua estimativa tem alguma credibilidade se levarmos em conta os pelo menos 776 votos que os candidatos comunistas receberam em 1951).<sup>51</sup>

O declínio comunista era mais desanimador, entretanto, em termos da participação organizada e pública nas atividades comunistas. Embora cerca de 100 a 150 comunistas estivessem identificavelmente ativos no início de 1947, menos de 30 indivíduos estavam dispostos, como Andreotti, a enfrentar o ostracismo e a perseguição dos anos de Guerra Fria. De fato, dois terços dos 33 candidatos comunistas que se candidataram a vereador em 1947 deixaram o partido, tornaram-se inativos ou deixaram a região.<sup>52</sup> Enquanto cerca de 25 militantes representavam um ganho líquido em relação ao início de 1945, quando havia uma dúzia deles, esse declínio na militância do partido restringiu severamente a capacidade dos comunistas de mobilizar efetivamente até mesmo seus próprios apoiadores.

Como resultado, as dezenas de células do PCB nas fábricas e bairros e os comitês não partidários locais que haviam florescido entre 1945 e 1947 simplesmente não puderam ser

---

da Borda do Campo: seus primórdios e sua evolução histórica: 1553-1960. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1968. p. 228-229. Para seu apelo malgrado ao Tribunal Superior Eleitoral, ver: TRE SP, Processo 348, 1951.

<sup>51</sup> Entrevistas com Andreotti, 28 out. 1982; 24 nov. 1982.

<sup>52</sup> Entrevista com Andreotti, 28 out. 1982.

mantidos. Ademais, o panorama do sindicalismo era ainda mais deprimente para o PCB local em 1951. Nem um único comunista proeminente foi líder do sindicato, e os ex-líderes dos poderosos sindicatos de centro-esquerda do período do pós-guerra, com seus nomes na lista negra, foram reduzidos a organizadores de fora, enquanto seus sindicatos permaneceram sob controle de interventores nomeados pelo governo. Esses interventores haviam sido confirmados nas eleições de 1950, que aconteceram sem qualquer chapa concorrente devido a manobras do Ministério do Trabalho.<sup>53</sup>

“Com a ação repressiva da Polícia e as dispensas de operários comunistas em muitas fábricas,” observou um relatório do DOPS em 1949, “abriu-se uma grande brecha nos quadros do PC local, ficando os mesmos completamente [...] em tremenda crise”, com sérias dificuldades para “poder articular-se novamente”. Como o DOPS observou com satisfação, a última leva de prisões havia levado muitos a “se afastar das atividades partidárias, quer por recearem perder seus empregos ou serem presos”.<sup>54</sup> A caracterização da situação por Andreotti em 1982 pouco diferia da forma como ela era retratada por seus antagonistas: foi “uma época muito ruim para o partido devido às perseguições” e até:

Mesmo [com] os elementos mais ativos era difícil se ligar com outros [...]. [...] Desfazia aqueles organismos [as células do PCB nas fábricas] pela própria perseguição dentro das indústrias. Localizava e então os elementos se espalhavam; um ia para São Bernardo, outros iam para São Paulo, enfim, e ficava difícil tornar a reagrupar ou ligar em São Paulo ou em outro lugar que ele estivesse devido à perseguição, à clandestinidade, essa coisa toda.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> Sobre as intervenções governamentais nos sindicatos do ABC em 1947 e seus efeitos, ver: FRENCH, 1992, p. 234-235, 251; ver também: entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982.

<sup>54</sup> A citação é de um documento datado de 11 de agosto de 1949, disponível em: DOPS-AESP, Documento n. 1.170, 21 out. 1954, Dossiê 50-Z-318, pasta 10.

<sup>55</sup> Entrevista com Andreotti, 28 out. 1982.

Em vista dessa estreita aliança entre a indústria e a polícia, os militantes que se recusaram a desistir abraçaram fervorosamente a campanha nacionalista O Petróleo é Nosso, circularam a petição de Estocolmo contra as armas nucleares e organizaram inúmeros comícios pela paz e contra a guerra na Coreia, para não falar dos intermináveis e inúteis protestos contra a ubiquidade da repressão governamental.<sup>56</sup> Na frente trabalhista, o ativismo público foi marcado por breves comícios relâmpago, como eram chamados, nos quais os militantes incitavam os trabalhadores nos portões das fábricas e então fugiam ou, ocasionalmente, entravam em confronto com os pelotões da polícia que chegavam.

Todas essas atividades do PCB, inclusive o trabalho eleitoral do partido, tinham fundamentalmente o caráter de agitação e envolviam dezenas ou, no melhor dos casos, centenas, e não milhares, de trabalhadores. A luta do PCB foi reduzida a uma batalha solitária dos militantes comunistas contra a polícia, relegando a maioria popular à condição de expectadores. Isso é exemplificado no relato retrospectivo de Mazzo sobre o incidente de 1950 em São Bernardo, que envolveu uma turma grande na praça "entre os curiosos e os que pouco entendiam o que estava ocorrendo". Ele escreveu que após repelir uma primeira tentativa policial de retirá-los do caminhão, "esperávamos a reação popular. Nada. Só expectativa. Massa sem comando, ou dispara sem direção, ou fica perplexa. Foi o que aconteceu: ficou perplexa". A luta continuou com os comunistas sozinhos, sangrando, e nas mãos de seus inimigos.<sup>57</sup> É desnecessário dizer que esse tipo de comportamento altamente combativo exigiu sacrifícios altíssimos de seus membros, e os militantes tenderam a esgotar-se rapidamente.<sup>58</sup> Foi apenas

<sup>56</sup> Entrevistas com Andreotti, 17 nov. 1982; 27 out. 1982.

<sup>57</sup> MAZZO, 1991, p. 126.

<sup>58</sup> Como exemplo pode-se tomar Joaquim Martes, com trinta e poucos anos, que foi preso em outubro de 1948 após sair de uma reunião em Santo André, preso novamente em setembro de 1950 quando de uma incursão policial aos postos eleitorais do PCB, novamente em julho de 1951 quando distribuía panfletos e ainda outra vez em janeiro de 1954, quando foi condenado a dois anos de prisão. Cf. DOPS-AESP, Documento n. 1.098, 18 mar. 1954, Dossiê 50-Z-318, pasta 9. Sua prisão e condenação em 1954 geraram uma espiral de publicidade no jornal comunista *Notícias de Hoje*, 30 jun., 16 jul., 11 ago. e 29 ago. 1954.

em 1954-1955, como parte do afastamento da linha política ultraesquerdista do final da década de 1940, que um líder nacional do PCB aconselhou os comunistas locais de Santo André a trabalhar "sem arruaças," para "que os nossos melhores lutadores não se deixem cair nas mãos da Polícia" e percam seu empregos.<sup>59</sup>

A mudança em relação à situação de um partido legalmente tolerado com 10% dos votos nacionais foi abrupta e desorientadora. Após ajudar a elaborar a constituição democrática de 1946, o PCB tornou-se vítima de uma radicalização da repressão que passou a ser espelhada, durante esse período de stalinismo exacerbado no movimento comunista internacional, na linha política voluntarista e (no papel) até semi-insurrecionário do "Manifesto de Outubro" de 1947. Se a que se tornou conhecida como a República Populista começou com uma abertura democrática de 1945 a 1947, o que se seguiu foi, na memória de Andreotti, um período de intensa "reação" que ele caracterizou como uma "democracia fantasma".<sup>60</sup> Quando Andreotti foi entrevistado em 1982, o Brasil estava sob regime militar e seu partido ainda era ilegal, ainda que tolerado com hesitação. O país desfrutava de mais liberdades civis, mas apenas como parte de uma mudança tensa, mas incerta, em direção à democratização. Durante esse período, os oponentes do regime frequentemente contrastavam a ditadura militar com a república democrática civil de 1946 a 1964. Embora profundamente comprometido com a luta antiditatorial, Andreotti nunca poderia idealizar o período de 1946-1964 como simplesmente uma "democracia"; ele havia visto e sofrido demais para propor uma caracterização tão simplista.

UM ELETRICISTA COMUNISTA EM UM BRASIL  
DEMOCRATIZANTE: A DIALÉTICA ENTRE OS  
QUALIFICADOS E OS NÃO QUALIFICADOS

Quando li pela primeira vez o interrogatório de Andreotti em 1951, fiquei surpreso ao descobrir que ele havia

---

<sup>59</sup> DOPS-AESP, Documento n. 1.176, 16 set. 1954, Dossiê 50-Z-318, pasta 10.

<sup>60</sup> Entrevista com Andreotti, 5 nov. 1982.

sido funcionário da Indústria Sul Americana de Metais (ISAM), fábrica de laminação de metal recentemente aberta em Santo André com 500 trabalhadores. Durante nossas entrevistas, fiquei menos surpreso ao ouvir dele por que havia sido contratado pela ISAM, mas muito surpreso ao descobrir por que ele não havia, como eu esperava, sido demitido após sua detenção de dez dias. Andreotti havia ficado sabendo do emprego por um amigo encanador que conversou com os gerentes da firma. Logo após ser contratado, sua filiação política foi notada pela empresa quando receberam uma carta anônima que o denunciava como comunista enviado para tumultuar o trabalho da fábrica. Quando o gerente que supervisionava seu trabalho lhe perguntou a respeito, Andreotti admitiu ser comunista, mas explicou que isso era uma questão de suas crenças e que nunca interferiria com o cumprimento de suas responsabilidades no emprego. Julgando Andreotti por seu comportamento e dedicação ao trabalho, o gerente, Dr. Jorge, engenheiro, deu a Andreotti um pequeno aumento, escreveu no quadro de avisos que quaisquer denúncias futuras deveriam ser feitas pessoalmente e nunca mais falou com Andreotti sobre a questão. Mesmo a detenção e a prisão de Andreotti como "candidato de [Luís Carlos] Prestes" em 1951 não lhe custaram o emprego; haviam lhe dado permissão para tirar férias especificamente para fazer campanha.<sup>61</sup>

As respostas de Dr. Jorge e de seu superior, o gerente geral Hercule Cavacini, ex-engenheiro da Pirelli, foram pouco usuais e refletiram o exercício de seu poder discricionário como gerentes. Em nossa entrevista, Andreotti também achou esse comportamento excepcional e explicou que os dois homens não eram apenas "bons chefes", mas progressistas e democráticos em sua forma de pensar. Não que eles tivessem qualquer simpatia especial pelo comunismo, mas seu sentimento de justiça levou-os a rejeitar a perseguição a um indivíduo em virtude de suas ideias, e não de seus atos. No que diz respeito à prisão de Andreotti, acreditavam que qualquer um em uma democracia tinha o direito de se candidatar, quaisquer que fossem suas ideias, sem que isso causasse uma intervenção policial.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982.

<sup>62</sup> Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 18 nov. 1982.

A resposta do gerente da ISAM permite-nos compreender melhor os sustentáculos importantes, mas em grande medida invisíveis, da crença de massa que deu à democracia imperfeita do Brasil a substância real que tinha em 1951. Enquanto os direitos e garantias solenes estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1946 eram cnicamente violados pelo Estado, o impacto dessas ações não democráticas podia ser de alguma forma modificado quando os indivíduos, especialmente os que ocupavam alguma posição de poder, de fato acreditavam nos ideias democráticos declarados. De fato, esse encontro, a despeito do quão fortuito fora, proporcionou a Andreotti seu único período de relativa estabilidade no emprego: ele continuaria a trabalhar na ISAM, ou tiraria licença da ISAM como presidente do sindicato, até sua demissão e aposentadoria em 1964-1965.

Embora isso possa explicar a recusa da ISAM em demiti-lo arbitrariamente em 1951, o emprego de longo prazo de Andreotti na empresa dependia de sua capacitação comprovada como eletricitista e de sua atitude responsável em relação a seu trabalho. Andreotti enquadrava-se na mais alta e mais bem paga das três classificações entre os seis ou sete eletricitistas da ISAM, todos homens. Como profissional completamente capacitado, Andreotti era um dos três eletricitistas de plantão. O alto status desses eletricitistas de elite baseava-se em sua reconhecida competência e comprovada capacidade. De fato, nunca lhes era pedido que fizessem instalações ou outras tarefas atribuídas aos "eletricitistas gerais", que eram considerados menos "desenvolvidos".<sup>63</sup>

Um eletricitista na posição de Andreotti exercia um alto grau de autodeterminação e controle sobre suas próprias atividades na fábrica. Ele passava seu tempo de serviço em um pequeno escritório conectado por telefone às várias seções e, se nada estivesse acontecendo, podia andar pela fábrica sem que lhe perguntassem nada ou mesmo sair para fumar um cigarro no portão. Ademais, ele nunca estava sujeito ao tratamento rude dos supervisores dos trabalhadores não qualificados ou semi qualificados da ISAM.<sup>64</sup>

<sup>63</sup> Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 2 dez. 1982.

<sup>64</sup> *Ibid.* Dois estudos sobre a indústria metalúrgica paulista — um no município de São Paulo no final dos anos 1950 e outro em São Bernardo no início da década de 1970 — referem-se ao tratamento mais brande e

O trabalho de Andreotti em si era variado e desafiador. O eletricitista de plantão tinha de ser capaz de resolver todo e qualquer problema elétrico que pudesse surgir. Em uma emergência desse tipo, o casaco ou os dedos de um trabalhador haviam ficado presos no maquinário e seu braço foi arrastado para dentro do cilindro que cortava chapas de estanho. Andreotti foi chamado para reverter a máquina e resgatar o homem, cujo corpo estava pendurado por seu braço ensanguentado e destruído. Em outra ocasião, ele foi enviado ao Paraná para montar uma pequena indústria que fabricava utensílios domésticos.<sup>65</sup>

O fato de que a qualidade do trabalho de alguém se refletia diretamente no domínio de seu ofício produzia um forte sentimento de responsabilidade pessoal entre os trabalhadores qualificados como Andreotti. A gerência valorizava-o e mantinha-o, ele explicou, porque “eu sempre fui uma pessoa que cumpria com minhas obrigações” no trabalho. Por que, eu perguntei, um trabalhador não deveria protestar contra sua exploração sendo menos assíduo ou trabalhador? Embora admitisse que alguns podem tê-lo feito, Andreotti explicou sua filosofia de forma franca: Como trabalhador, “eu preciso cumprir meus deveres para poder reclamar meus direitos no caso”. Essa menção à natureza recíproca dos direitos e deveres dos trabalhadores em relação a seus empregadores refletia muito mais do que simplesmente a filosofia pessoal de Andreotti; de fato, ela constituía parte fundamental de sua pedagogia de luta e mobilização.<sup>66</sup>

Conhecedores do valor de sua mão de obra, os trabalhadores qualificados de São Paulo em meados do século XX lutaram por seus direitos e fizeram exigências a seus empregadores. Mesmo quando desorganizados, Andreotti relembra, os trabalhadores qualificados eram sempre mais combativos do que o trabalhador manual mal pago, que experimentava mais diretamente, em sua própria “carne a exploração que o capitalismo faz contra o trabalhador”. Também

---

menos coercitivo dos trabalhadores qualificados pela gerência. Cf. LOPES, 1960, p. 430, 434; HUMPHREY, 1982, p. 101.

<sup>65</sup> Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 18 nov. 1982.

<sup>66</sup> Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 18 nov. 1982; 10 dez. 1982.



era mais provável que os trabalhadores qualificados fossem membros do sindicato,<sup>67</sup> e eles eram representados de forma desproporcional no Partido Comunista.<sup>68</sup> Um trabalhador menos qualificado, em contrapartida, “se agarrava mais ao trabalho e deixava as outras questões” de lado. Conscientes do fluxo de potenciais concorrentes na porta da fábrica, os trabalhadores não qualificados tinham plena consciência de que seu trabalho exigia pouca ou nenhuma qualificação em comparação com o de um eletricista, cujas habilidades eram aprendidas, como notou Andreotti, em anos, e não em meses. “Naquela época os eletricistas eram poucos e dificilmente tinha eletricista na porta da fábrica pedindo emprego, hoje tem, mas naquela época era difícil”. Seu caráter indispensável também é demonstrado em outra história da ISAM. Em um dado momento, o terceiro eletricista de plantão da fábrica foi demitido a pedido de um engenheiro boliviano. Sem conseguir obter uma explicação satisfatória para a demissão, Andreotti fez com que o homem fosse recontratado ao dizer ao chefe do pessoal: “— Então você vai fazer o plantão hoje à noite!”.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 18 nov. 1982. Um estudo de 1963 sobre a nova indústria automotiva da Willys-Overland na vizinha São Bernardo descobriu que era quase duas vezes mais provável que os trabalhadores qualificados fossem membros do sindicato do que os trabalhadores não qualificados. Ademais, os trabalhadores qualificados frequentavam a sede do sindicato com muito mais frequência. Cf. RODRIGUES, L. M. *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 103-104. Um estudo de 1970-1971 sobre uma fábrica metalúrgica de médio porte estabelecida em Santo André também descobriu um maior número de trabalhadores sindicalizados entre os trabalhadores qualificados (42%) do que entre os não qualificados (29%). Cf. FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil: estudo com um grupo de trabalhadores*. São Paulo: Ática, 1978. p. 60.

<sup>68</sup> Entrevistas com Andreotti, 18 nov. 1982. A enorme sobre-representação de trabalhadores qualificados no Partido Comunista fica clara entre os mineiros de ouro em Minas Gerais. Em seu estudo sobre Nova Lima, Yonne de Souza Grossi relata que 50% de todos os membros locais do PCB em 1954 eram encanadores, outros 45% eram de outros setores qualificados e apenas 5% faziam parte do grupo de trabalhadores manuais menos qualificados, os carreiros. Cf. GROSSI, Y. de S. *Mina de Morro Velho: a extração do homem - uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 135.

<sup>69</sup> Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982.

A sensação de poder e eficácia pessoal da minoria qualificada e mais bem paga não era compartilhada pelos trabalhadores não qualificados ou semiqualeificados. Desprotegidos pela ausência de qualificação, esses trabalhadores estavam mais completamente expostos aos riscos relacionados a seu estado de assalariados proletarizados. No Brasil do início dos anos 1960, alguns jovens estudantes imaginavam que esse forte contraste teria claras implicações em termos de comportamento, especialmente dado o caráter corriqueiro de termos como “aristocracia operária”, que alguns intelectuais pinçavam dos livros que liam. Em 1963, por exemplo, um pequeno livro intitulado *Como são feitas as greves no Brasil* postulava com confiança que os estratos “altamente qualificados” das indústrias — os trabalhadores bem remunerados nos quais os empregadores confiavam — tinham uma “consciência de classe praticamente inexistente”.<sup>70</sup> O autor, Jorge Miglioli, era um jovem intelectual marxista entusiasta, próximo do PCB, se não membro dele, que comparava esses trabalhadores de forma desfavorável com os estratos inferiores de trabalhadores manuais que recebiam salário mínimo, os quais ele descrevia não só como dotados de maior “consciência de classe”, como mais propensos a entrar em greve e a fazê-lo com constância e intensidade.<sup>71</sup>

A dialética entre a minoria qualificada e a maioria menos qualificada tinha de fato fundamental importância para os organizadores da mão de obra como Andreotti, mas as dinâmicas

<sup>70</sup> MIGLIOLI, J. *Como são feitas as greves no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 36-39.

<sup>71</sup> *Ibid.* A despeito de sua solidariedade com um movimento trabalhista cada vez mais caracterizado pela liderança comunista, o panfleto de Miglioli é um caso particularmente revelador do que é “aprender nos livros” por parte dos que ignoram as lutas trabalhistas; praticamente todas as generalizações (inclusive sua descrição da participação nas greves) eram empiricamente infundadas. Associado ao ISEB, Miglioli havia publicado um artigo sobre “o papel crítico do intelectual marxista” no jornal nacional do PCB *Novos Rumos*, 20 abr. 1962, n. 163. Para sua caracterização retrospectiva do fermento intelectual de esquerda do final dos anos 1950, ver: MIGLIOLI, J. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, C. N. (Ed.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.

sociais em São Paulo eram radicalmente distintas daquilo que Miglioli (assim como alguns pesquisadores acadêmicos mais tarde) imaginava. Não deveria o trabalhador qualificado, mais bem pago e bem tratado, eu perguntei a Andreotti, ser mais leal a seu chefe? Ele respondeu enfaticamente que era precisamente porque o trabalhador qualificado “tinha um salário melhor e um padrão melhor de vida [que] ele desejava ganhar mais [...] e sabia que poderia obter e conquistar melhores condições”. Eu perguntei: – Mas isso não poderia levar a uma política de ação individual ou ao cultivo de atitudes elitistas de superioridade por parte dos trabalhadores qualificados?<sup>72</sup> Na maioria das vezes, não, respondeu Andreotti, pois o trabalhador qualificado tinha consciência de que o tanto que ganhava não era suficiente e que outrô trabalhador que “dava um duro desgraçado para carregar o material ganhava menos e podia se alimentar menos”. Em vista de tudo isso “não pedia só para si, a melhoria que a gente queria era melhoria no sentido geral”, para todos.<sup>73</sup>

Contudo, essa relação não era inteiramente isenta de conflitos, e quando pressionado Andreotti admitiu que alguns chefes de equipe de fato tentavam jogar com o ressentimento do trabalhador comum em relação ao melhor pagamento e às melhores condições dos trabalhadores qualificados. Mas “era com muita dificuldade”, ele explicava, que o trabalhador não qualificado “embarca nesta canoa, porque a gente fazia um trabalho de mostrar que o mestre apertava ele na produção”. Essa pressão por produtividade advinha, Andreotti explicava para eles, do fato de que os chefes de equipe recebiam, como acréscimo a seu próprio salário de supervisor, uma porcentagem da produção de seus subordinados. Ao apontar isso, os trabalhadores qualificados como Andreotti argumentavam que a porcentagem do chefe de equipe deveria ser destinada àqueles que de fato fizeram o trabalho. Argumentos como este, ele

---

<sup>72</sup> Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982. Em seu estudo de 1957 sobre uma fábrica metalúrgica, Brandão Lopes discute a superioridade autoevidente que caracterizava os trabalhadores qualificados, que se sentiam “muito acima” dos outros. LOPES, 1960, p. 430, 434, 432.

<sup>73</sup> Entrevista com Andreotti, 3 nov. de 1982.

concluía, serviam como “pára-choque” dessas manobras da gerência. Assim, a aliança com os trabalhadores menos qualificados supria algumas necessidades de defesa da minoria qualificada.<sup>74</sup>

#### CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR, COMBATIVIDADE E FORMAS DE LUTA

Ao resumir suas conclusões de toda uma vida como organizador de chão de fábrica, Andreotti apresentou uma filosofia da mobilização que se conecta belamente com suas observações sobre os trabalhadores qualificados e não qualificados. Possuidor de enorme autoconfiança, Andreotti nunca usou a terminologia do “ou isso, ou aquilo” em referência aos trabalhadores “com consciência de classe” ou “sem consciência de classe”, e menos ainda o termo “falsa consciência”, usado ocasionalmente como atalho por alguns intelectuais marxistas na época e mais tarde. Para ele, todos os trabalhadores, mesmo os que trabalhavam durante uma greve, tinham algum nível de consciência que poderia ser elevado por meio da luta em torno de seu sentimento de injustiça, queixas que, a despeito de quão pequenas ou aparentemente banais fossem, ele acreditava serem o resultado natural e inevitável da exploração capitalista.<sup>75</sup> Os trabalhadores não eram levados à ação pelas simples denúncias dos feitores ou por chamados moralistas à luta; em seu julgamento, a maior barreira para a mobilização dos trabalhadores era sua incapacidade de acreditar no próprio poder e capacidade para mudar as coisas que lhes desagradavam.

Esse julgamento servia de base para o processo de elevação da consciência e mobilização exemplificado pela experiência de Andreotti em uma outra fábrica têxtil local no final da década de 1940. Após perder o emprego na Santo André

<sup>74</sup> Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982; 5 nov. 1982.

<sup>75</sup> Entrevista com Andreotti, 24 nov. 1982. A este respeito, ver a discussão sobre queixas individuais em: FRENCH, J. D. *Drowning in Laws: Labor Law and Brazilian Political Culture*. Chapel Hill: Univ. of North, Carolina Press, 2004. p. 113 - 115.

Têxtil, ele assumiu um cargo em uma empresa de médio porte com várias centenas de trabalhadores chamada Justifício Maria Luiza, que fabricava produtos de juta. Esse tipo especializado de produção têxtil não era particularmente lucrativo e pagava baixos salários para um trabalho mais sujo e pesado do que o que se encontrava na indústria têxtil. Logo que Andreotti começou a trabalhar na empresa, percebeu que ela economizava às custas dos trabalhadores por meio do não cumprimento sistemático das leis trabalhistas existentes.<sup>76</sup>

Recusando-se a pagar qualquer tipo de pedido de indenização ou hora extra, a empresa ignorava as leis de segurança e se recusava mesmo a pagar os aumentos salariais legalmente compulsórios estabelecidos pelos dissídios coletivos da indústria têxtil, decididos pelos tribunais do trabalho locais. Conforme trabalhava nas máquinas e conversava com os trabalhadores, Andreotti descobriu um descontentamento generalizado mais pronunciado entre os trabalhadores qualificados. A maior parte dos membros da força de trabalho eram mulheres, sendo a maioria mais velha, com muitos anos de emprego na fábrica. Conhecedores desse tipo de trabalho especializado, mesmo os trabalhadores qualificados que trabalhavam com a juta sabiam que suas qualificações específicas não eram transferíveis para outros tipos de produção têxtil. Ademais, o declínio geral da indústria da juta significava que eles não se beneficiariam da concorrência entre empregadores rivais.<sup>77</sup>

Ao iniciar sua ação, Andreotti elegeu como foco a violação das leis trabalhistas.<sup>78</sup> Embora a responsabilidade pelo monitoramento e cumprimento das leis fosse do governo, um inspetor do Ministério do Trabalho “vivia mais das bolas do patrão do que do próprio salário que eles ganhavam”, disse Andreotti. Os inspetores ignoravam as provas de violação da empresa e seus superiores tinham pouco incentivo para controlar

<sup>76</sup> Entrevista com Andreotti, 24 nov. 1982.

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Sobre as “agitações legais” e como a lei trabalhista moldou tanto a consciência legal dos trabalhadores quanto suas “formas características de crítica, protesto e mobilização social”, ver: FRENCH, 2004, p. 97-98 nota 7.

esse tipo de conluio devido às políticas pró-empregador do governo Dutra.<sup>79</sup> Idealmente, o sindicato têxtil local deveria ter policiado o processo de inspeção ou entrado com ações judiciais sobre essas violações junto aos tribunais trabalhistas. Mas os esforços dos trabalhadores da empresa para convencer o presidente do sindicato, Henrique Poletto, a entrar em ação haviam sido nulos. Identificado com a corrente acomodacionista ("peleguista") dominante do sindicalismo local, Poletto era, segundo Andreotti,<sup>80</sup> próximo do dono da fábrica, Trevisolli.

Desgostosos com o governo e o sindicato, os trabalhadores haviam se resignado a suportar suas condições. Servindo como um catalisador, Andreotti dispôs-se a provar que eles próprios tinham o poder de mudar a situação e forçar o sindicato e o governo a agir. Durante o ano em que ficou empregado na fábrica, reuniu um grupo de trabalhadores, em número igual de mulheres e homens, que desejava tentar fazer algo a respeito de suas condições de trabalho. Encontrando-se nas casas uns dos outros e conversando no chão de fábrica, resolveram circular uma petição onde eram detalhados os abusos da fábrica, a qual seria apresentada ao sindicato por Andreotti.<sup>81</sup>

A cena na sede do sindicato foi registrada por um jornalista local, que encontrou uma multidão de trabalhadores da Maria Luiza reunidos em volta da sede do sindicato têxtil. Em vista das reivindicações para que o sindicato agisse para reparar suas queixas contra a empresa, o presidente do sindicato Poletto, irritado, respondeu que tomaria as medidas necessárias para evitar essa extorção no futuro. No final, nas palavras de Andreotti, "nós conseguimos alguma coisa", inclusive remuneração por hora extra e maior observância de algumas leis trabalhistas, ainda que nem todas as reivindicações dos trabalhadores tenham sido atendidas.<sup>82</sup>

Andreotti havia sido contratado pela Justiça Maria Luiza sem que soubessem de sua atuação política, e o proprietário,

---

<sup>79</sup> Entrevista com Andreotti, 24 nov. 1982. Para mais informações sobre a corrupção na fiscalização trabalhista pelo governo, ver: FRENCH, 2004, p. 74.

<sup>80</sup> Entrevista com Andreotti, 24 nov. 1982.

<sup>81</sup> Ibid.

<sup>82</sup> Ibid; *Folha do Povo*, Santo André, 10 mar. 1950.

Trevisolli, assistia a suas atividades enraivecido. Informado do passado de Andreotti, "um comunista terrível", por seus oponentes no sindicato, Trevisolli demitiu o "agitador" imediatamente após a mobilização no sindicato. Mas o fato de que o proprietário demitiu apenas Andreotti também ensinou aos trabalhadores uma lição importante: o empregador também enfrentava, em parte, os mesmos constrangimentos do mercado de trabalho que seus funcionários, pois não era fácil encontrar substitutos para seus funcionários agora rebeldes, que permaneceram no emprego.

Até mesmo a demissão de Andreotti não atingiu, afinal, o objetivo de desencorajar os trabalhadores da fábrica. Ao ser informado de sua demissão, Andreotti insistiu em entrar na fábrica para resolver o que disse serem assuntos de negócio urgentes. Dentro da fábrica, Andreotti explicou o que havia ocorrido e começou a levantar a questão entre os trabalhadores. Tendo sido empregado da fábrica durante um ano, Andreotti tinha direito, segundo as leis de estabilidade de emprego, a uma indenização de um mês de trabalho. Contudo, a maior parte dos trabalhadores não acreditou na afirmação de Andreotti de que o proprietário iria pagá-la. Quando Andreotti, após nova discussão acalorada com o empregador, finalmente venceu a argumentação, ele voltou ao chão de fábrica para mostrar aos trabalhadores o dinheiro que recebera de Trevisolli, que na altura estava ansioso para pôr fim à questão antes que algo mais dramático acontecesse. Por meio da união e da luta, os trabalhadores aprenderam que até mesmo um notório agitador poderia vencer os patrões. Como consequência, uma importante barreira psicológica havia sido transposta entre os trabalhadores da fábrica. Já não mais convencidos de que nada poderia ser mudado, um grupo de trabalhadores da fábrica tornou-se parte importante e ativa do sindicato local, primeiramente em oposição a Poletto e então em colaboração com seu sucessor de centro-esquerda, Geraldo Milani, em 1952.<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Ibid. A participação ativa dos trabalhadores da Justifício Maria Luiza no sindicato dos trabalhadores têxteis local após a partida de Andreotti está documentada em: DOPS-AESP, Documento n. 904, 5 fev. 1952, Dossiê 50-Z-318, pasta 8; Documento n. 1.000, 25 mar. 1953, Dossiê 50-Z-318, pasta 9.

Contudo, a mobilização bem-sucedida dos trabalhadores em torno de suas demandas imediatas não contribuiu, em si, para o avanço dos objetivos políticos mais amplos de Andreotti. Como comunista, ele estava convencido de que as lutas econômicas e políticas dos trabalhadores eram inseparáveis e só poderiam ser plenamente realizadas por meio de uma mudança revolucionária do regime. Mas ele sabia que essa perspectiva não era compartilhada pela maioria dos trabalhadores, preocupados apenas com seus próprios problemas imediatos.<sup>84</sup> Ao discutir a consciência dos trabalhadores, Andreotti sempre distinguiu entre a "combatividade" da classe trabalhadora, dirigida contra queixas econômicas imediatas e as condições do local de trabalho, e uma consciência política mais ampla e menos comum. Embora a combatividade da classe trabalhadora variasse entre os indivíduos e os grupos, ela era sempre mais comum do que uma consciência política da luta dos trabalhadores além da fábrica, para exigir ganhos ou mudanças do governo.<sup>85</sup>

A luta de classe adquiria maior transparência no emprego, onde o compartilhamento das queixas econômicas e relativas ao local de trabalho fazia com que fosse possível sustentar uma unidade de propósito entre os trabalhadores que não necessariamente existiria do lado de fora do portão da fábrica. Nesse sentido, o local de trabalho e os sindicatos eram a arena fundamental da luta de classe. Uma vez que os trabalhadores se mobilizassem em torno de suas demandas econômicas, Andreotti acreditava, eles poderiam chegar a conclusões políticas mais amplas. Conforme apontou com orgulho, a luta econômica na Justiça Maria Luiza produziu não só uma mão de obra mobilizada, mas a formação de uma célula comunista que durou até o fechamento da fábrica na década seguinte.<sup>86</sup>

Andreotti via a luta de classe, em outras palavras, como um processo educativo de conscientização por meio do qual os trabalhadores adquiriam um sentimento cada vez maior de empoderamento conforme passavam de objetivos menores para objetivos maiores e mais importantes. Mas, perguntei a Andreotti,

---

<sup>84</sup> Entrevista com Andreotti, 7 dez. 1982.

<sup>85</sup> Entrevistas com Andreotti, 18 nov. 1982; 27 nov. 1982.

<sup>86</sup> Entrevistas com Andreotti, 17 nov. 1982; 27 out. 1982.



a ênfase na aquisição de melhorias modestas no local de trabalho ou na comunidade não levaria à acomodação e ao reformismo? As pequenas vitórias no interior do sistema capitalista não serviriam como desincentivo para a luta ao satisfazer as demandas dos trabalhadores? “Para se marchar para a revolução,” Andreotti respondeu, “era necessário conscientizar o povo na sua força [...] [e mostrar] que era necessário haver união para se conquistar melhorias tanto econômicas como políticas”.<sup>87</sup>

Essa marcha adiante, Andreotti insistia, nunca deveria ser desconsiderada como reformismo, pois se o povo “não tiver convicção da sua força, ele nunca vai fazer a revolução” (ou qualquer outra coisa, aliás). E cada vez que uma vitória era conquistada, a despeito de quão pequena, os trabalhadores aprendiam que “dispersos eles nunca vão conseguir nada” e se convenciam de que unidos, *podem* vencer. Essa autoconfiança crescente faria, por sua vez, com que fosse mais fácil organizar os trabalhadores para lutas mais ambiciosas, até mesmo para a revolução socialista.<sup>88</sup> O socialismo, ele continuava, dependia do desenvolvimento contínuo da consciência dos trabalhadores, tanto durante quanto após a vitória.<sup>89</sup> Tomando como exemplo as ocupações de fábrica na Itália no início dos anos 1920, ele observava que os trabalhadores simplesmente abandonaram as fábricas que mantinham em operação quando as matérias primas acabaram; assim, a revolução não conseguiu se consolidar. E após o estabelecimento do socialismo, a educação política contínua dos trabalhadores ainda seria necessária para que o socialismo pudesse avançar e proporcionar melhores leis para o trabalhador.<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982.

<sup>88</sup> Ibid. Ênfases minhas.

<sup>89</sup> Entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982.

<sup>90</sup> Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 15 dez. 1982. O papel de liderança dos trabalhadores qualificados nos movimentos trabalhistas e radicais teve paralelos para além da América Latina. Para uma breve discussão que situa esse caso em um diálogo comparativo internacional mais amplo com os desenvolvimentos nas indústrias metalúrgicas do início do século XX no Atlântico Norte, ver: FRENCH, J. D. The Latin American Labor Studies Boom. In: *International Review of Social History*, Amsterdã, 45, n. 2, 2000, p. 294-297. Em espanhol: El Auge de Los Estudios Sobre el Trabajo en Latinoamérica. *Historia Social*, Valência, Espanha, n. 39, 2001, p. 129-150.

O SIGNIFICADO DA MILITÂNCIA COMUNISTA NO  
CHÃO DE FÁBRICA

Qual era, então, a relação entre a militância comunista de um indivíduo e seu papel na fábrica? Assim como qualquer trabalhador, Andreotti argumentava, um comunista tinha a obrigação de contribuir com seu sindicato, e ele acreditava que uma política de classe bem formada lhes daria uma capacidade especial para lidar com as lutas econômicas dos trabalhadores. Imbuído de um sentimento de responsabilidade pessoal por sua classe, o objetivo do militante era inspirar seus companheiros trabalhadores por meio de seu exemplo pessoal de autossacrifício. Como exemplo, Andreotti contou a história de um trabalhador comunista, recentemente contratado como guarda pela Pirelli, cujo supervisor lhe pediu que fosse a um encontro do sindicato e lhe relatasse o que havia sido dito. A despeito de precisar do emprego para sustentar sua família, o homem não só se recusou a fazê-lo, como revelou o pedido em um encontro do sindicato no dia seguinte e foi imediatamente demitido.<sup>91</sup>

Contudo, os preceitos morais generalizados de dever e autossacrifício não nos dizem muito sobre a operação real do Partido Comunista na indústria, assunto que foi durante muito tempo envolvido em mistério por seus participantes e obscurecido pela propaganda dos empregadores e do governo a respeito dos infiltrados e agitadores comunistas.<sup>92</sup> Exagerado por alguns e romantizado por outros, um exame dos comunistas

---

<sup>91</sup> Entrevistas com Andreotti, 5 nov. 1982; 15 dez. 1982.

<sup>92</sup> NEGRO, 2004, fornece a análise mais detalhada até o presente do ativismo comunista na indústria metalúrgica e nos sindicatos do ABC de 1945 a 1968, com uso extenso de registros do DOPS e outras fontes. (Negro não teve acesso a minhas entrevistas com Andreotti.) Para uma avaliação mais completa dessa monografia inovadora, ver minha resenha em: *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, 2010, p. 277-287 e o ensaio crítico mais longo que analisa seu lugar no interior da historiografia mais ampla sobre os metalúrgicos do ABC, a saber: FRENCH, J. D. Lula, the 'New Unionism,' and the Brazilian Workers' Party: How Workers Came to Change the World, or at Least Brazil. In: *Latin American Politics and Society* 54, nov. 2009.

na ISAM revela um papel mais modesto, mas ainda assim vital. Quando Andreotti entrou na fábrica, encontrou um núcleo natural de organização partidária entre cinco recrutas recentes do Partido Comunista, entre os quais estavam três trabalhadores qualificados. Homens com idade entre vinte e quarenta anos, eles eram trabalhadores combativos que, conscientes de sua exploração, “desejavam lutar, mas não sabiam por onde começar”. Como eram “politicamente fracos em termos de compreensão da política partidária”, Andreotti concluiu que seria melhor trabalhar com eles “sindicalmente”, concentrando-se nas atividades da célula em relação a queixas relativas ao local de trabalho e demandas econômicas.<sup>93</sup>

A distinção estabelecida entre o trabalho sindical e o trabalho do partido político era de fundamental importância para a práxis de Andreotti. O sindicato, Andreotti enfatizava repetidamente, não poderia ser político em um sentido partidário, pois representava a maior unidade dos trabalhadores em torno de suas queixas compartilhadas de forma mais ampla. De acordo com a mesma definição, a organização de sua própria fábrica era trabalho sindical, e não atividade especificamente comunista. Nesse esquema, apenas suas discussões com os companheiros de trabalho sobre política ou sua distribuição do jornal e de literatura do partido para os simpatizantes contava especificamente como trabalho político.

A liderança dos comunistas da fábrica cabia naturalmente ao veterano Andreotti, que começou por estabelecer uma organização partidária em funcionamento. As reuniões geralmente eram agendadas a cada dez ou vinte dias na casa dos membros, embora conflitos no cronograma de trabalho frequentemente levassem a um intervalo de um mês entre elas.<sup>94</sup> As discussões da célula deviam conduzir a tarefas específicas a

---

<sup>93</sup> Entrevistas com Andreotti, 5 nov. 1982; 18 nov. 1982. De acordo com a descrição de Andreotti, o relatório do DOPS de 1954 sobre a célula do PCB na ISAM listava o nome de sete trabalhadores, sendo apenas um deles identificado como trabalhador comum (os ofícios dos outros seis eram listados como eletricista, mecânico, mestre laminador de cobre, trafilador e refilador). Cf. DOPS-AESP, Documento n. 1.170, 21 out. 1954, Dossiê 50-Z-318, pasta 10.

<sup>94</sup> Entrevistas com Andreotti, 5 nov. 1982; 18 nov. 1982.

serem realizadas por cada membro. Como os novos membros tinham receio de aparecer publicamente, eram-lhes designadas tarefas que os expusessem menos, como colar pequenos panfletos nas máquinas da fábrica ou simplesmente sondar seus conhecidos. Até que esses indivíduos adquirissem confiança, a tarefa de dirigir a palavra do partido aos trabalhadores caberia a Andreotti enquanto membro mais experiente. Ademais, seu trabalho como eletricista não o prendia "ao pé da máquina". Assim, Andreotti conseguia circular livremente pela fábrica e conversar com os trabalhadores de diferentes seções e conhecer seus problemas.<sup>95</sup>

Durante suas décadas de militância no movimento trabalhista, Andreotti aprendeu que paciência e persistência eram fundamentais para o sucesso a longo prazo. Quaisquer receios entre os trabalhadores que sabiam de suas crenças comunistas, ou poderiam vir a saber delas, podiam ser superados quando ficava estabelecido que ele de fato se preocupava com seus problemas de forma autêntica e podia oferecer-lhes soluções reais e práticas. Nesse contexto, Andreotti também podia conquistar sua admiração e respeito como indivíduo com coragem para defendê-los e fazer o que eles mesmos tinham medo de fazer (o que era mais fácil para aqueles com alavancagem no mercado de trabalho). Com o tempo, Andreotti, seus camaradas e o núcleo de sindicalistas que estavam gradualmente construindo conquistaram uma posição aceita entre os trabalhadores da fábrica.<sup>96</sup> Levantando e resolvendo os pequenos problemas que afetavam os indivíduos ou grupos de trabalhadores, eles pregavam um evangelho de força por meio do sindicalismo que conquistou um número cada vez maior de aderentes para o sindicato até 1964.

---

<sup>95</sup> Entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982. Para um exemplo chileno sobre como o contato durante o trabalho proporcionado pelo ofício de eletricista pode figurar na organização do chão de fábrica, ver: WINN, P. *Weavers of Revolution: the Yarur Workers and Chile's Road to Socialism*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1986, p. 24, 93-94.

<sup>96</sup> A célula acabou por chegar a dez membros. Entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982.

O trabalho de Andreotti e da célula do PCB na ISAM também se baseava em um entendimento pragmático de que a perspectiva e o grau de combatividade dos trabalhadores colocavam limites estritos para o que a minoria radical poderia atingir em um dado momento. No início dos anos 1950, os trabalhadores da ISAM estavam zangados, mas resignados com o estado das coisas, como era o caso da maior parte dos trabalhadores em São Paulo, e a experiência recente não havia lhes deixado céticos, com razão, quanto a suas probabilidades de conquistar qualquer coisa. Se são necessárias vitórias, a despeito de quão pequenas, para incentivar a mobilização, como acreditava Andreotti, pode-se esperar que as derrotas façam com que os trabalhadores recuem na luta.

Ademais, a nova mão de obra da ISAM não tinha um histórico de mobilização e liderança interna estabelecida, como no caso dos metalúrgicos da fábrica local da Pirelli. Essa história coletiva tinha de ser criada do zero. Como Andreotti bem sabia, não se poderiam convencer os trabalhadores a passar diretamente da inatividade passiva e do resmungar generalizado para uma ação radical como uma greve. Nessas condições, os comunistas da ISAM não propuseram greves diretamente, mas deram início ao processo de longo alcance de educação e conscientização. O papel dos comunistas nesse processo foi atuar como catalizadores da ação sobre questões de interesse dos trabalhadores. "A importância da organização [partidária]," a despeito do quão pequena fosse, argumentou Andreotti, era:

Que em conjunto podia-se discutir e [...] por exemplo, numa fábrica que não eram cumpridas as leis se reunia quatro ou cinco elementos pensando como poderia fazer com que os trabalhadores compreendessem que era necessário se organizar para que as leis fossem cumpridas.

Enquanto uma pessoa só "não conseguia nada, um bloco, um conjunto de pessoas era mais fácil para conseguir alguma coisa".<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982.

## CONCLUSÃO

A partir de diversas fontes, este artigo baseou-se na história de vida de Andreotti, como vista por seus próprios olhos e narrada em suas próprias palavras, para iluminar de forma crucial os fundamentos mal compreendidos da militância política e trabalhista da classe trabalhadora no Brasil de meados do século XX. Embora o momento da Guerra Fria receba mais atenção, esse episódio foi situado na trajetória mais ampla da vida profissional de Andreotti. Os militantes de esquerda, como Marco Aurélio Garcia nos lembrou em 2000, podem “aplicar a ‘linha’ do partido na sociedade” de muitas formas, o que inclui “um discurso, um panfleto, outros métodos de ‘agitprop’ ou ação armada violenta”. Mas como eles o fazem é profundamente influenciado pelo fato de que são “pessoas específicas, homens e mulheres, portadores de valores éticos, convicções políticas e influências religiosas” derivados de sua história familiar, educacional e cultural. Ao traçar a gênese desse sentimento de poder pessoal que serviu de base à militância de Andreotti, este artigo sugere que a inserção de um indivíduo no mercado de trabalho pode ter um impacto igualmente profundo.<sup>98</sup>

O paradoxo central reside no fato de que Andreotti, a despeito da vitimização à qual foi sistematicamente sujeito, não se sentia destituído de poder. Andreotti não se via como vítima, nem foi primariamente objeto de ação, repressiva ou não, por parte dos poderosos. Antes de mais nada, a classe, o sindicato e a identidade comunista de Andreotti acabaram por ser inseparáveis de um sentimento profundo de poder pessoal. Sua capacidade de prevalecer, em um sentido psicológico satisfatório, não estava intimamente ligada a sua ideologia marxista-leninista — embora sua importância não deva ser negada —, mas a seu lugar estrutural como trabalhador qualificado. E seu sentimento de poder pessoal, como é revelado, imbrica-se de formas surpreendentes e inesperadas com o processo de construção de um poder coletivo da classe trabalhadora. Como o artigo sugere, a filosofia notavelmente coerente sobre a organização de Andreotti deriva em grande medida dos aprendizados que tirou daquilo que

---

<sup>98</sup> GARCIA, 2000, p. 44.

denominei a dialética entre os trabalhadores qualificados e não qualificados no interior do proletariado industrial.

Ao longo de seis décadas de militância política, Andreotti passou algum tempo como revolucionário clandestino, ficou preso durante vários anos, teve votos suficientes em duas ocasiões para se tornar vereador de Santo André e foi eleito presidente do sindicato quatro vezes. Em 1960, ele supervisionou a criação de um novo sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo e Diadema, que se tornaria o coração das greves dos metalúrgicos que assolaram toda a região do ABC entre 1978 e 1980. Além de perder inúmeros empregos, Andreotti enfrentou abusos rotineiros da polícia, prisões e detenções; de fato, a última batida policial em sua casa foi em 1978, ano das primeiras greves em São Bernardo que chamaram a atenção nacional para o líder sindical de 33 anos chamado Lula. Um ano antes de minhas entrevistas com Andreotti, um agente do DOPS apresentou um relatório em 28 de novembro de 1980 sobre seu encontro com José Ferreira de Melo (Frei Chico), irmão mais velho de Lula e membro do PCB, durante um encontro da Oposição Sindical em São Caetano do Sul.<sup>99</sup>

Nas décadas de 1970 e 1980, disputas internas à esquerda necessariamente opuseram os (mais) velhos esquerdistas associados ao comunismo e os grupos que se juntaram ao Partido dos Trabalhadores fundado por Lula em 1980. Conquistada alguma distância, a maior parte dos estudos da história do trabalho no Brasil hoje enfatiza um grau substantivo de continuidade no que diz respeito aos tipos de regime e às filiações políticas durante essas décadas cruciais.<sup>100</sup> Uma promissora nova linha

---

<sup>99</sup> DOPS-AESP, Documento n. 50-B-270 1-109 pasta 1, 28 nov. 1980. Como aconteceu com muitos militantes de esquerda, Frei Chico foi detido e ferozmente torturado em 1975, após ter sido eleito vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (Lula foi eleito presidente na vizinha São Bernardo no mesmo ano). Para seu relato detalhado e comovido, ver: PARANÁ, D. *Lula, o filho do Brasil*. ed. rev. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1993. p. 177-189.

<sup>100</sup> Os debates já se avolumaram; entre outros, ver o ensaio de: SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 14, no. 41, 1999, p. 103-120. Para uma excelente revisão de um conjunto de

de pesquisa é sugerida pelo foco deste artigo no papel de liderança dos trabalhadores qualificados, o que inclui Lula, que foi treinado pela agência do SENAI criada pelos empregadores na década de 1940. Em 1974-1975, o sociólogo inglês John Humphrey estudou as fábricas da Ford no ABC e em São Paulo para a tese que concluiu um ano antes de São Bernardo tornar-se famosa. Conforme admitiu em seu excelente livro de 1982 sobre os metalúrgicos de São Bernardo: "O maior erro em minha análise [anterior de 1977] foi não perceber a importância dos trabalhadores qualificados" e supor que eles se distanciariam da luta.<sup>101</sup> E o sentimento de um ferramenteiro de São Bernardo, ao discutir as greves de 1978, ecoa diretamente as reflexões retrospectivas de seu companheiro mais velho Andreotti: "Lutamos pelos outros e até mesmo compreendemos por que eles demoravam a se juntar a nós".<sup>102</sup>

Meu breve exame da biografia de Andreotti também fornece provas dramáticas de que o sistema político brasileiro anterior a 1964 não cumpria com as definições mínimas de democracia, seja em termos de igualdade perante a lei, respeito pelas liberdades de associação e expressão ou em termos da aceitação da urna como único meio de determinação da vontade popular.<sup>103</sup> A eleição de um antigo metalúrgico como presidente do Brasil em 2002 fornece evidências dramáticas das profundas mudanças que ocorreram desde então.<sup>104</sup> Dois anos antes de

---

monografias recentes, ver: MCCREERY, D. Gift of the Devil, *Social History* 33, n. 1, 2006, p. 68-77.

<sup>101</sup> HUMPHREY, 1982, p. 119, 149.

<sup>102</sup> Ibid., p. 162.

<sup>103</sup> Sobre a ubiquidade da repressão e seu impacto sobre a consciência dos trabalhadores, ver: PROCLAMANDO direitos, metendo o pau, e lutando pelos direitos: a questão social como caso de polícia, 1920-1964. In: LARA, S. H.; MENDONÇA, J. (Ed.). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. p. 379-416. A importância mais ampla dessa criminalização da luta social é enfatizada em: FRENCH, J. D.; FORTES, A. Another World Is Possible: The Rise of the Brazilian Workers' Party and the Prospects for Lula's Government. *Labor: Studies in Working Class History of the Americas* 2, n. 3, 2005, p. 16.

<sup>104</sup> FORTES, A.; FRENCH, J. D. A 'Era Lula,' as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012, p. 201-228. Ver meu livro no prelo intitulado *Lula's Politics of Cunning: From Trade Unionism to the Brazilian Presidency*.



minhas entrevistas com Andreotti, uma onda de greves dos metalúrgicos do ABC conduzida por Lula em 1980 foi sufocada com espancamentos pelos policiais nas ruas de São Bernardo, prisões de militantes e líderes sindicais (inclusive Lula) e a intervenção do governo nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC. Assim, não surpreende que o discurso de vitória de Lula invocasse diretamente o passado que compartilhava com Andreotti e tantos outros como ele:

A grande virtude da democracia é que ela permite ao povo mudar de horizonte quando ele acha necessário. A nossa vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil. A nossa chegada à Presidência da República é fruto de um vasto esforço coletivo realizado ao longo de décadas, por inúmeros democratas e lutadores sociais. Muitos dos quais, infelizmente, não puderam ver a sociedade brasileira, e em especial as camadas oprimidas, colherem os frutos de seu árduo trabalho, de sua dedicação e sacrifício militante. Estejam onde estiverem, os companheiros e as companheiras que a morte colheu antes desta hora, saibam que somos herdeiros e portadores do seu legado de dignidade humana, de integridade pessoal, de amor pelo Brasil, e de paixão pela justiça.<sup>105</sup>

Conquistada a distância suficiente, é chegada a hora de os historiadores levarem a sério o juízo de dois jovens sociólogos que aplicaram um questionário aos delegados de São Paulo e do Rio de Janeiro ao Segundo Congresso Nacional de Metalúrgicos, ocorrido em abril de 1959 em Itanhém (ao qual esteve presente Andreotti como o presidente do sindicato). O proletariado no coração industrial do Brasil, eles escreveram em 1962, estava emergindo como um grupo cuja "influência social, política e econômica [...] tem crescido rapidamente e cuja participação na

---

<sup>105</sup> SILVA, Luiz Inácio da. Compromisso com a mudança: pronunciamento do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva em 28/10/2012, 2002, Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2317>. Acesso em: 20 jul. 2009.

tomada de decisões — ou seja, seu 'poder' — tende a aumentar". No interior desse panorama geral, eles julgaram que "a liderança do sindicato dos metalúrgicos representa, talvez mais do que qualquer outro grupo, as novas tendências" operantes no movimento trabalhista brasileiro anterior a 1964.<sup>106</sup>

Tradução Iracema Dulley  
<idulley@yahoo.com.br>

---

<sup>106</sup> LOWY, M.; e CHUCID, S. Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 13, 1962, p. 133, 141.

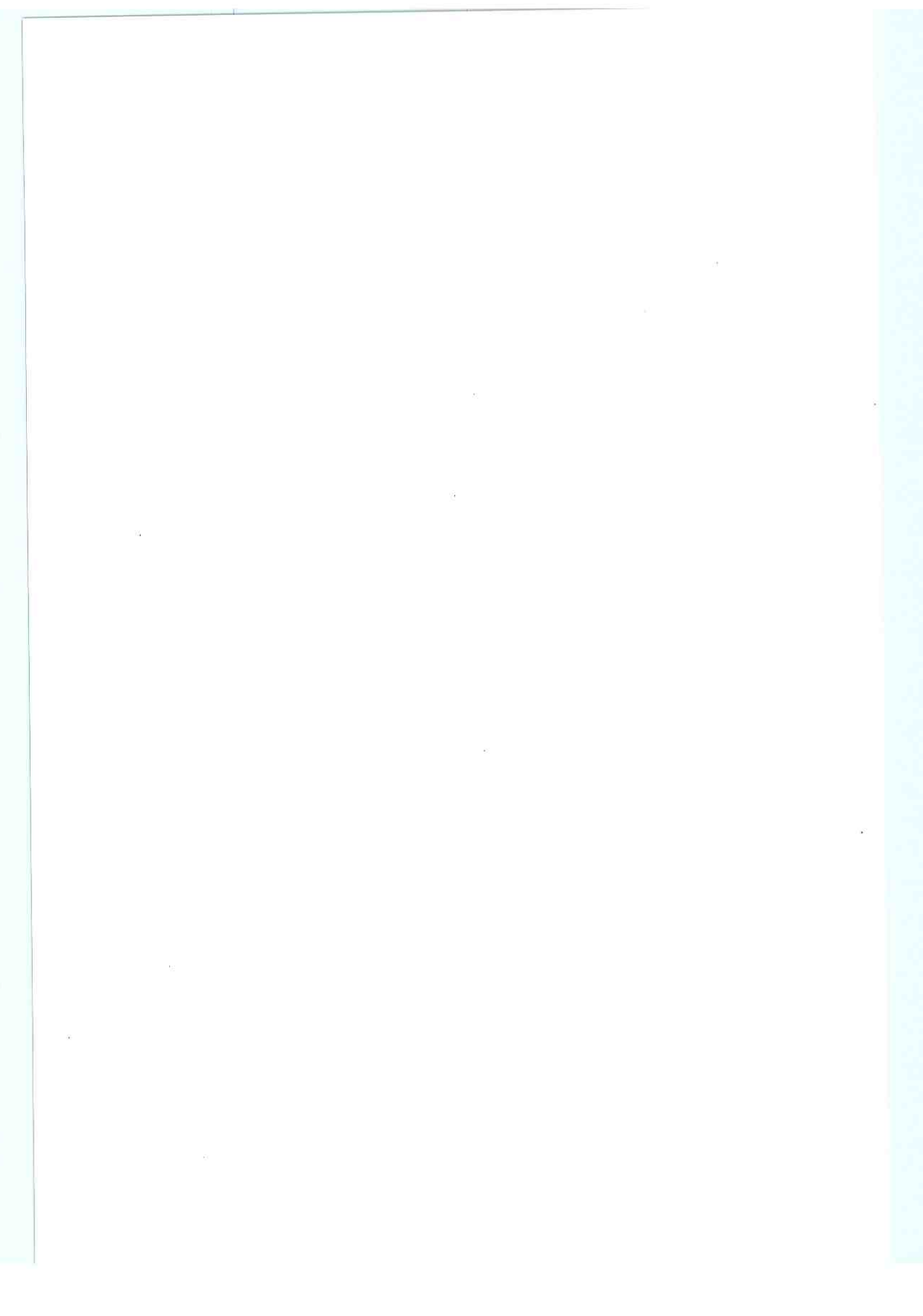
**HOW THE NOT-SO-POWERLESS PREVAIL: INDUSTRIAL  
LABOR MARKET DEMAND AND THE CONTOURS OF  
MILITANCY IN MID-TWENTIETH-CENTURY SÃO PAULO,  
BRAZIL**

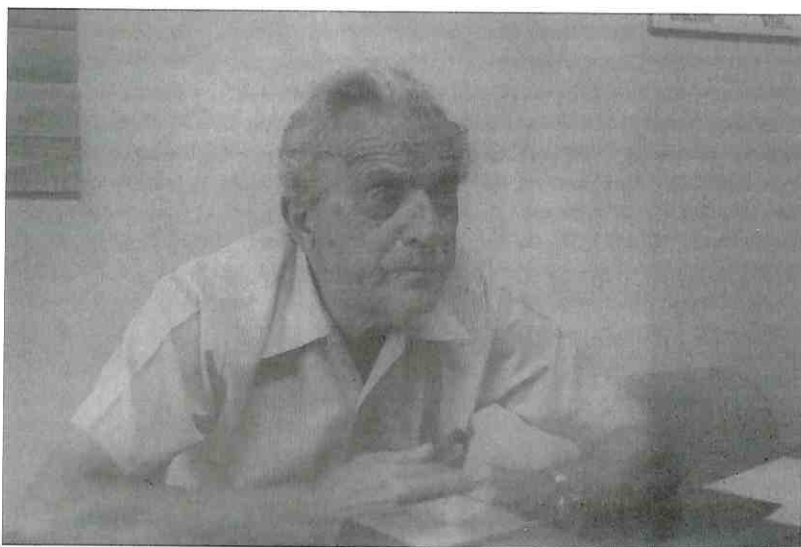
**ABSTRACT**

Extensive interviews and confidential police and judicial records are used to explore the life of Marcos Andreotti (1910-1984), a life-long communist labor leader active in the industrial ABC region of greater São Paulo. The intensified persecution faced by Andreotti in the early Cold War years is placed within the trajectory of Andreotti's working life as a skilled electrician. The labor market demand for skilled workers, it is shown, provided the foundation for Andreotti's sustained militancy and decisively shaped his philosophy of shop floor organizing based on a dialectic between the skilled and the unskilled. New light is thus shed on the poorly-understood foundations of working-class political and labor militancy while highlighting unexpected continuities between the era of Andreotti, before 1964, and the world of the "New Unionism" in the late 1970s that began in ABC under the leadership of Brazil's ex-president Luis Inácio Lula da Silva.

**KEYWORDS**

Unionism. Communism. PCB. Lula. Metal Workers.





Marcos Andreotti [S.l., s.d.].  
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP,  
Campinas, SP, foto n. 00948, p. 32).